

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano
L

Rio de Janeiro, GB — Abril de 1963

Número
584

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio.

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil Cr\$ 600,00
(Desconto em fólio autorizado, mensal: Cr\$ 50,00).
Exterior .. Cr\$ 2.000,00
(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês Cr\$ 80,00
Atrasado ... Cr\$ 100,00

ENDERÉCO

Ministério da Guerra
(Ala R. Visc. da Gávea,
3º and.)

Caixa Postal: 17 (do MG)
Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

Págs.

— <i>Para que quer aviões o Exército</i> — Gen-Bda A. Franco Ferreira	3
— <i>O problema militar das não-potências</i> — Maj Gilberto Oscar Miranda Schmitt	7
— <i>Experiência na ONU</i> — Ten-Cel Francisco Boaventura Cavalcanti Júnior	11
— <i>Rommel na conferência de Margival</i> — Maj Alvaro Galvão Pereira	17
— <i>O próximo centenário do ataque ao Forte de Coimbra e a incolumidade dos seus defensores</i> — Gen Raul Silveira de Mello	27
— <i>A guerra atômica impõe a mobilização nacional em tempo exiguo</i> — Ten-Cel Rui Alencar Nogueira	39
— <i>Carvão de Pedra nacional — Situação e Perspectivas (Transcrição)</i> — Carlos Berenhauser Júnior	43
— <i>Soldado do futuro (Tradução)</i>	59
— <i>Bandeirantes</i> — Gen Aurélio de Lyra Tavares	63
— <i>Recordando</i> — Gen Newton Cavalcanti	67
— <i>A Situação Brasileira</i> — Gen Airton Salgueiro de Freitas	71

PARA QUE QUER AVIÕES O EXÉRCITO

Gen.-Bda. A. FRANCO FERREIRA

"Karay ambaé, morubixaba guaçu, akakuá ou memê!... ou memê!...", — Comandante... uma coisa descomunal, aumentando e caminhando para cá... — Esta foi a frase angustiada com que um sentinela guarani, do alto do seu "mangrulho de reverbêro" dos campos de TUYUCUÊ, anunciou no dia 8 de junho de 1867, a presença nos ares, pela primeira vez na América do Sul — de um balão cativo de observação, que a sabedoria de CAXIAS fêz ascender para observar as posições adversárias e realizar estudos do terreno e desenhar plantas topográficas que viessem à facilitar seu projetado desbordamento das posições de HUMAITÁ, concretizado, dias mais tarde, pela famigerada "Marcha de Flanco por Tio Domingues". E, diz a lenda: — o sentinela esborrachou-se no chão, ao tentar, apavorado com a "coisa descomunal", alcançá-la com a sua baioneta, num desvairado salto dado do seu mangrulho para o espaço, na esperança de atingir a "coisa" que se baloçava elegante nos ares, a mais de quilômetro de distância. Mas a verdade registrada por TASSO FRAGOSO, na "História da Guerra Entre a Tríplice Aliança e o Paraguai". (III Vol. — Fls. 183/4), é que "sempre que o balão aparecia, os paraguaios faziam muita fumaça em frente às suas trincheiras para ocultá-las. Com esse intuito preparavam de antemão as fogueiras, recorrendo ao pasto".

A simples lembrança dêste quase centenário fato histórico seria argumento bastante para justificar a necessidade de possuir o Exército seus aviões próprios, manejados e manutenidos por seu próprio pessoal, para serem utilizados quando e onde as circunstâncias o indicarem, por forma a assegurar ao comando as informações do campo de batalha de que necessitar para tomar suas decisões, como o fêz o grande mestre militar do Brasil. Todavia, há noventa e cinco anos atrás a guerra terrestre não usava blindados, e os mais poderosos recursos de fogo não atingiam alcances além dos 2.000 metros.

Os blindados são, hoje em dia, os mais temíveis adversários, no desenrolar da guerra convencional; sua capacidade de deslocamento através de terrenos difíceis, sua velocidade desenvolvida em rasa-campanha, o poder de fogo que lhe é intrínseco e que pode ser utilizado com relativa precisão mesmo com o engenho em marcha, a invulnerabilidade de que se sentem cobertos os homens das suas guarnições e a instrução que recebem em qualquer exército do mundo, são os elementos do desenvolvimento de suas possibilidades de surpresa, de poder de choque e de potência de fogo, que os tornam excepcionalmente perigosos, se não forem detectados à distância. Nos exércitos modernos, faz parte inte-

grante dos elementos de busca de informações — a missão específica da cavalaria —, o ESQUADRÃO DE CAVALARIA DO AR, com três unidades elementares de combate, o Pelotão de Esclarecedores Aéreos, o Pelotão de Fuzileiros Aéreos e o Pelotão de Petrechos Aéreos, os quais, por si só definem as missões do Esquadrão novidade do século. Dotado de possantes recursos eletrônicos, este moderno meio de busca, utilizando aviões de pequenas exigências de campos de decolagem ou de aterrissagem e helicópteros de tipo leve para simples observação, ou tipo médio, para pequenos transportes, pode assinalar e acompanhar os blindados inimigos, nos difíceis momentos da busca de contato. Por outro lado, agindo élle, como é fácil de prever, bem adiante dos blindados amigos de reconhecimento,obre-lhes os movimentos pelas informações que pode fornecer, ou mesmo, pela ocupação de pontos sensíveis do terreno, por seus fuzileiros e petrechos, por forma a facilitar a sua manobra ofensiva ou defensiva e retardadora, sem mencionar, ainda, a possibilidade que têm seus aparelhos (particularmente os helicópteros médios) de serem armados com foguetes ar-terra, para o ataque eventual de carros de combate isolados, ou em pares, colhidos de surpresa em sua missão de busca terrestre.

Eis, portanto, uma primeira — e muito séria razão — para se pleitear aviões orgânicos para o Exército, contra a qual não é aceitável a objeção de que as Fôrças Aéreas poderiam realizar tais missões, diante das três considerações seguintes :

— PRIMEIRA, o vulto que podem vir a assumir as missões estratégicas das fôrças aéreas, ocupando material e pessoal altamente especializado e custosamente treinado que não pode ser desviado para outras missões, e também a complexidade das modernas missões táticas da aviação não comportam a inclusão de tão elementares encargos ;

— SEGUNDA, as missões acima descritas do Esquadrão de Cavalaria do Ar, comportam apenas a fase inicial da busca de informações, e no entanto, já se ressalta a necessidade de uma relativa permanência de observação e um sentido de emprêgo inopinado de meios que só as circunstâncias podem ditar. Por melhor entrosadas que estejam as operações combinadas "Terra-Ar", por completos que sejam os entendimentos dos Estados-Maiores das duas fôrças, não há como conciliar administrativamente o uso, em aparelhos de uma fôrça, de engenhos de detecção, radares de localização e telecomunicações pertencentes à outra fôrça e por ela usados tanto no ar como em terra, sem recorrer à dupla aquisição e à predestinação de materiais e guarnições para operá-los, de vez que se torna impossível planejar tão inopinadas situações ;

— TERCEIRA, a simplicidade técnica aviatória de que se revestem tão importantes missões da descoberta terrestre, não justifica destinarem-se aviadores de demorada e dispendiosa formação para a utilização de materiais de elementar facilidade de manejo e que bem podem ser utilizados por pilotos de rápida formação e manutenidos por pessoal próprio do Exército. Ademais, são os modernos reclamos da Descoberta,

que exigem a presença orgânica dos Esquadrões de Cavalaria do Ar, com missões prontas que não podem esperar por vêzes na complicada ordem de urgência das missões da Aeronáutica.

Uma vez tomado o contato, ou mesmo antes dêle, qualquer exército moderno, dispondo ou não de arsenal atômico, terá que enfrentar lutas que conduzem a uma filosofia baseada em três aspectos essenciais :

— PRIMEIRO — é preciso capacitar-se da possibilidade da constante ameaça do uso de atômicos, qualquer que seja o tipo de guerra engajada ;

— SEGUNDO — as fôrças devem ter atingido a um grau de treinamento e de dotações que lhes assegure, sobre as do adversário, superioridade em mobilidade estratégica e tática, capacidade para operar em terrenos de quaisquer naturezas e sob quaisquer condições de tempo e empregando os mais adequados métodos de combate para destruir o inimigo ;

— TERCEIRO — para que um Exército moderno sobreviva com sucesso no campo de batalha de amanhã, precisa se exceder sobre o adversário em potencial nos campos da mobilidade, da potência de fogo e das comunicações, o que é grandemente dependente das elevadas possibilidades de vigilância de combate de que fôr dotado.

Diante da constante ameaça atômica, proscrevem-se as reuniões maçicas, recomenda-se fluidez de ocupação, flexibilidade na penetração e, em qualquer caso, a conservação de reservas móveis capazes de contra-atacar, ou de reforçar ou ultrapassar um elemento de penetração momentâneamente detido. Há pois necessidade, para o ataque, de conhecer, na exata hora "H", não só onde estão localizados os pontos fortes do inimigo, como e principalmente, como se encontram os corredores de infiltração escolhidos e onde se colocam as reservas do inimigo capazes de bloqueá-los; para a defesa, nas mesmas condições, é preciso saber por onde e para onde se dirigem os elementos de infiltração ou os reconhecimentos em fôrça dos atacantes. Em qualquer caso, haverá no terreno um grande número de elementos de efetivo relativamente pequeno, operando a grandes distâncias um do outro, ocupando largas frentes e desenvolvidos em apreciáveis profundidades, o que constituirá um problema de comando e de contrôle, se não se dispuser de eficientes recursos de observação e instantâneos meios de comunicações. Seria esta uma segunda razão para se pedir aviões para o Exército; aviões próprios, que possam ser utilizados em permanência de observação, ou que atendam a saídas inopinadas e urgentes, para esclarecimento imediato de um informe, ou confirmação de um indício por meio de tomada de fotografias verticais ou oblíquas.

A fluidez e a flexibilidade pedida às tropas no campo de batalha condenam as formações pesadas, como era o tradicional regimento de infantaria, substituindo o elo da cadeia de comando pela presença, nas organizações modernizadas das Divisões, da Brigada de Infantaria, capaz de enquadrar vários batalhões de infantaria, elementos de apoio e de

reforço, para o cumprimento de determinadas tarefas operacionais. Mas, atendendo a que o campo de batalha da atualidade há de apresentar um grande número de pequenas unidades, distantes entre si, mesmo no cumprimento da mesma tarefa, esse comando de brigada não pode prescindir de seus aviões próprios para o exercício do controle de comando e para a efetivação das indispensáveis ligações de Estado-Maior, ou quiçá para apenas voltar às primárias operações de lança-mensagens e apanha-mensagens, do fim da Primeira Grande Guerra. São missões que já não competem mais aos aviadores treinados em jatos super-sônicos ou em bombardeiros de complicada navegação.

Por outro lado, os dois pequenos aviões "Teco-teco" dados às Artilharias Divisionárias das Divisões que fizeram a Segunda Grande Guerra, foram agora sextuplicados, para atender a u'a maior permanência no ar, e os aparelhos substituídos por outros, ligeiramente mais confortáveis, a fim de poderem operar com mais modernos recursos de observação e de comunicações, mas continuando ser monomotores de pistão, pouco exigentes em campos de pouso e de fácil manutenção em campanha. Haverá vantagem em liberar a Aeronáutica de operar e manter os pequenos aviões dos AD, entregando-os aos cuidados e manuseio do pessoal verde-oliva e empregando seu pessoal especializado junto dos seus possentes aviões de combate.

Por fim, a moderna Divisão está fadada a desempenhar, as mais das vezes, missões em frentes bem mais largas do que aquelas com que fêz a Segunda Grande Guerra e nelas precisa se exceder ao adversário em mobilidade, potência de fogo e em recursos de comunicações. Para atender a qualquer dos aspectos citados, precisa a Divisão de aviões próprios e servidos por pessoal do Exército. A permanência, de dia e de noite e sob quaisquer condições de tempo, da observação do campo de batalha, aumenta os recursos da mobilidade, indicando-lhe os caminhos desimpedidos e protegendo-a contra surpresas e contra-ataques. A cooperação dos helicópteros com a Engenharia, para o transporte de pequenos fardos na transposição de obstáculos ou na restauração da continuidade das vias de comunicações, assim como a cooperação desses aparelhos com as unidades de Comunicações, para facilitar o cumprimento das missões que lhe são inerentes, são maneiras de contribuir para o aumento do valor combativo da Divisão e que importam em operações aéreas de elementar simplicidade que não comportam o desvio de pessoal especializado para desempenhá-las, tudo sem falar nas possíveis manobras de evacuação aero-médica e nas de vigilância QBR (Agentes químicos, biológicos e rádio-ativos), necessidades hoje consideradas irrefragáveis e que uma vez surgidas não podem aguardar inclusão em planos de urgência.

É pois para aumento da capacidade combativa das forças terrestres que é preciso dotá-las orgânicamente de aviões tripulados e manutenidos por pessoal do Exército.

O PROBLEMA MILITAR DAS NÃO-POTÊNCIAS

Maj GILBERTO OSCAR MIRANDA SCHMITT,
Oficial de EM

O tremendo progresso técnico e científico ocorrido após a 2^a Guerra Mundial trouxe, como não poderia deixar de trazer, profundas implicações no aparelhamento militar das nações.

Se por um lado, o advento da era atômica provocou e continua provocando profundas modificações na organização das forças, por outro lado o fantástico custo de produção dos engenhos bélicos modernos acentuou a já existente disparidade de forças entre as diversas potências bem como entre estas e os demais países, não considerados como tal.

Aliás, vale dizer, a posse do engenho atômico e a possibilidade de produzi-lo passou a ser considerada condição de ingresso no rol das potências mundiais. É desnecessário repisar o já bem conhecido valor militar do armamento atômico. É também perfeitamente compreensível que engenho bélico de tamanha importância, passasse a, praticamente condicionar, não só todo o processo de organização das forças destinadas a empregá-lo, como também a própria doutrina militar das nações que o possuem.

Efetivamente os organismos militares das superpotências estão todos estruturados de forma a poderem absorver o armamento atômico, quando e se necessário.

Isto significa que, apesar do sentimento mais ou menos generalizado de que a guerra nuclear traria como resultado a destruição, se não da humanidade, pelo menos dos países envolvidos; apesar da crença cada vez mais sólida de que as hipóteses de guerra a serem mais seriamente encaradas são aquelas que configuram as guerras limitadas com emprêgo apenas do armamento convencional; apesar de tôdas estas considerações e talvez por causa delas, as superpotências procuram organizar suas forças armadas de modo a, sendo aptas a realizarem a guerra convencional, não abram mão de receberem, utilizarem e enfrentarem a qualquer momento o armamento atômico. Só este fator já é suficiente para estabelecer uma primeira e profunda diferenciação, obrigatória, entre os organismos militares das potências atômicas e das não-atômicas.

Com efeito, para guardar esta flexibilidade, todo o seu equipamento, toda a sua organização, toda a sua estrutura enfim, têm que evoluir de acordo com o alto padrão do armamento atômico. É uma evolução rápida, propiciada e alimentada pelo vertiginoso progresso no campo técnico e científico. É uma evolução necessária, vital para as potências atômicas, pois, girando como giram, seus interesses em áreas de conflito com outras

potências atômicas, estabelecido portanto o equilíbrio dos meios de ataque, é necessário buscar o desequilíbrio pelo melhor aparelhamento que lhes permita empregar da melhor forma e explorar com maior sucesso o êxito do emprégo do engenho atômico, se fôr o caso.

Ora, evidentemente, esta evolução não pode e não deve ser acompanhada pelos demais países, não atômicos. Mesmo que lhes sobrassem os meios materiais para fazê-lo, o que é difícil, não passaria esta atitude, de um enorme desperdício. Se buscássemos uma comparação para ela, poderíamos dizer que ela se assemelha à de alguém que construisse uma casa e a equipasse com todos os modernos aperelhos eletro-domésticos, num lugar onde não houvesse eletricidade nem possibilidade de obtê-la em curto prazo.

Poder-se-ia, é bem verdade, argumentar que esta possibilidade de absorver êste armamento e fazer evoluir consequentemente as organizações militares, mais próximas possíveis das potências atômicas, seria altamente desejável, uma vez que, mercê dos tratados e alianças celebrados com os líderes dos respectivos blocos, êste armamento atômico poderia ser fornecido ou emprestado por êstes líderes, caso necessário.

Não nos parece seja um argumento razoável. A verdade é que estas alianças têm se mostrado muito mais frágeis do que podem parecer e a tendência que se vem verificando últimamente no mundo inteiro é para a fragmentação dos blocos que as excepcionais circunstâncias do após-guerra criaram.

Parece que últimamente as nações que, logo após a 2^a Guerra, presionadas pelas desfavoráveis circunstâncias econômicas consequentes, chocadas pelo impacto emocional do advento da era atômica e atemorizadas pela evolução dos acontecimentos da guerra fria — abdicaram voluntariamente de uma parte de sua autonomia em prol de sua segurança, agrupando-se em grandes blocos mundiais, tendem a recuperar esta autonomia e indiscutivelmente já passaram a subordinar totalmente o interesse do bloco aos seus interesses individuais.

Esta tendência ao fracionamento verifica-se tanto no bloco ocidental, como no bloco comunista. Se de um lado vemos a França recusar o ingresso da Inglaterra no Mercado Comum, ingresso que de fato prejudica os interesses econômicos da nação francesa, embora, com prejuízo da eficiência do dispositivo de segurança do bloco ocidental, por outro lado as crescentes divergências entre a Rússia e a China comprometem a eficiência do bloco comunista. Divergências entre os Estados Unidos e Canadá, Rússia e Albânia, dentro da própria Organização dos Estados Americanos, a atitude intransigentemente independente da Iugoslávia, os atritos entre os seis do Mercado Comum, a quebra de unidade do Pacto de Bagdad, o pensamento da Grécia e da Turquia a respeito da projetada força atômica independente da França, a instabilidade do Oriente Médio e do mundo árabe, para não falar na África, e em Cuba, corroboram para

comprovar o que afirmamos: As alianças, os grandes blocos internacionais, só permanecem estáveis sob circunstâncias excepcionais. Sómente quando há uma liderança incontestável, uma supremacia indubitável, uma dependência econômica inevitável de todos os componentes em relação a um líder, os blocos são compactos.

Quando o desenvolvimento ou a recuperação econômica dos diversos membros começa a criar interesses nacionais de importância igualmente vital, quando aparecem conflitos na área econômica, a tendência é para o fracionamento dos blocos e a adoção de medidas próprias de defesa.

O assunto não pode deixar de ser encarado com objetividade e realismo. A verdade é que os conflitos ideológicos perdem substância em face das pressões econômicas, como também é verdade que uma economia apoiada por meios de defesa próprios pode dar-se ao luxo de escolher e fazer valer e respeitar a ideologia que melhor lhe convém.

Não queremos absolutamente significar que o mundo tenda para o isolacionismo, mas apenas que está desaparecendo a característica de incondicionalidade que presidia as relações intra-blocos e que tantos, inclusive no Brasil, a ela se apegam, principalmente ao enquadram o problema militar.

Prever é, não resta dúvida, sempre difícil e arriscado. Mas parece-nos que à luz do que está acontecendo presentemente no mundo, podemos dizer que à medida que esta idéia de incondicionalidade se esvazia, avoluma-se a possibilidade da ocorrência de conflitos locais, gerados por atritos quer na área econômica, quer na área ideológica. Pode-se também afirmar que quando êstes conflitos ocorrerem entre nações pertencentes ao mesmo bloco, o líder abster-se-á de intervir, só abandonando sua neutralidade a favor do país cuja situação de desenvolvimento menos possibilidade ofereça de conflito com os seus próprios interesses econômicos, seja no caso em pauta, seja como perspectiva.

Que conclusão podemos e devemos tirar de tudo isto?

Parece-nos que ela é lógica e inevitável. Fôrças Armadas "criadas à imagem e semelhança" não consultam os interesses de Nações que aspiram, com base, à independência econômica. Desde o momento em que o produto nacional permita à Nação projetar-se como exportadora em perspectiva no comércio internacional de bens de consumo e produtos manufaturados, cresce a importância das Fôrças Armadas adquirirem uma estrutura eminentemente nacional, mesmo com possível prejuízo momentâneo de sua eficiência e de seu modernismo.

Evidentemente esta transformação não pode ser brusca e haverá ramos das Fôrças Armadas que exigirão um largo lapso de tempo até adquirirem feição eminentemente nacional. Mas toda sua evolução deverá se orientar neste sentido.

EXPERIÊNCIA NA ONU

Ten-Cel FRANCISCO BOAVENTURA CAVALCANTE JÚNIOR,
Oficial de EM.

Por duas vezes, tive a inestimável oportunidade de servir nos Estados-Maiores de Conselheiros Militares do Secretário-Geral da ONU. Na primeira vez, meu trabalho ligou-se às operações da Fôrça de Emergência das Nações Unidas no Egito, e, na segunda, às operações da Fôrça das Nações Unidas na República do Congo (Leopoldville).

Foram meus Chefes, na primeira instância, o Major-General A. E. Martola, Oficial reformado do Exército finlandês, e, na segunda, o General-de-Brigada I. J. Rikhye, do Exército indiano.

Além do assinante, eram participantes do Estado-Maior do Gen Martola oficiais superiores da Itália e do Paquistão, e do Estado-Maior do Gen Rikhye, oficiais superiores da Noruega, Argentina, Etiópia, Federação da Malaia, Gana e Canadá (Fôrça Aérea).

Chamei de "inestimável" a oportunidade que tive, porque ela realmente o foi. Viver e trabalhar na ONU durante certo tempo, ouvir em primeira mão os debates que em seguida enchem as manchetes dos jornais do mundo, presenciar o comportamento dos líderes nacionais face aos problemas que agitam a humanidade, sentir as tendências dos diversos governos, conviver com representantes de todos os recantos do globo, sentir-se, nem que seja uma parcela infima, da Organização que luta e trabalha para manter a paz internacional, é realmente uma oportunidade ímpar.

Foi também oportunidade ímpar ter tido minhas modestas atividades associadas ao trabalho gigantesco da grande figura que foi Dag Hammarskjöld. Não posso deixar de fazer aparecer aqui o meu tributo de admiração a esse mártir da paz internacional.

Os Estados-Maiores a que pertenci são organizados dentro da estrutura normal de qualquer Estado-Maior militar, e seus componentes distribuídos pelas Seções de Pessoal, Operações (Informação) e Logística.

Quais são pois as atribuições do Conselheiro Militar do Secretário-Geral e de seu Estado-Maior?

As operações das Fôrças Internacionais da ONU são operações sui generis. Nelas, o fator político está sempre presente, e de uma maneira geral, em proporções tais que se torna fator determinante.

O Comandante da Fôrça não pode, muitas vêzes, conduzir suas operações seguindo preceitos puramente militares. Ao Secretário-Geral, a quem incumbe a responsabilidade de pôr em prática o mandato que foi conferido à Fôrça pela Assembléia Geral ou Conselho de Segurança, compete manter uma contínua vigilância, de forma que, as decisões militares não estejam em choque com as injunções políticas. Faz-se mister ter junto a si um órgão técnico-militar para que as decisões do Comandante possam ser submetidas à devida análise, quando necessário, e sofrer os reajustamentos apropriados que as injunções políticas exigirem. Além disso, a Fôrça necessita de um escalão recuado para apoiá-la, e a cabeça pensante dêsses escalão recuado é o Estado-Maior do Conselheiro Militar. Os Governos dos países membros da ONU, e dentre êles, principalmente, os dos países participantes da Fôrça são as fontes fornecedoras de tudo que ela necessita em pessoal e material para o cumprimento de sua missão. Muitas vêzes, o recrutamento de um mero indivíduo, para preenchimento de função chave, assim como a aquisição de determinado material ou equipamento trazem em seu bôjo grande implicação política. O Comandante da Fôrça não tem meios, nem autorização para ligar-se diretamente aos governos. Tudo tem que passar pelo "aprove-se" do Secretário-Geral e é, em seu nome, que os pedidos são feitos aos governos, através das respectivas Delegações à ONU, sediadas em Nova York.

Tomemos como exemplo a Fôrça das Nações Unidas, em operações no Congo (Leopoldville). Era sua fase de maior efetivo, contou com mais de 20.000 homens, pertencentes a 27 países, desdobrados em tôda a superfície da República, que supera a casa das 900.000 milhas quadradas. É fácil imaginar-se a multiplicidade de religiões, de costumes, de línguas, de tendências políticas, de técnica, organização e equipamento militares, de suscetibilidades nacionais, de regime alimentar etc. Por outro lado, não se pode dizer que a Fôrça é uma Grande Unidade seguindo a organização padrão dos Exércitos nacionais existentes. Ela não tem Quadro de Organização. A sua composição e as suas necessidades surgem, no cumprimento diário de suas missões, pelo método do "trial and error". No congo, onde as flutuações políticas têm sido uma constante, desde o início da crise que motivou a intervenção da ONU, a adequada composição da Fôrça não deixou de variar desde o primeiro dia de sua existência. De uma exígua e inocente Fôrça Aérea, composta na fase inicial de alguns helicópteros, aviões C-47, C-119 e de Ligação, fatos posteriores exigiram a presença de caças a jato e de pesadas aeronaves de transporte. O carro de combate foi durante muito tempo "tabu". Hoje, os soldados da paz dispõem de tais engenhos, pela necessidade inadiável de sobreviver e de cumprir a missão que lhes foi imposta. Ligado ao problema da inclusão de novos engenhos há o problema correlato do recrutamento de pessoal adequado para operá-los. Freqüentemente, um governo fornecedor de determinado material, não é "politicamente" aceitável para prover as guarnições correspondentes. Os Exércitos das grande nações que constituem os blocos ocidental e

comunista são considerados inaceitáveis para o provimento de pessoal, e nesse particular, as razões são óbvias. Faz-se mister, então, recrutar guarnições de outras fontes, com necessidade, muitas vezes, de fazê-las passar por cursos de formação ou de adaptação. Ao Estado-Maior do Conselheiro Militar cabe a responsabilidade de fazer os necessários arranjos para tais cursos.

Já disse anteriormente que a Fôrça não tem Quadro de Organização. A sua componente terrestre é formada por um aglomerado de Batalhões de Infantaria, de Carros de Combate e de Reconhecimento, quando muito associados em Brigadas, nos casos em que um mesmo governo proveu mais de um Batalhão. Ao lado dessas Unidades que constituem a espinha dorsal da Fôrça, alinharam-se as não menos importantes unidades de apoio logístico: Saúde, Transporte, Material Bélico, Polícia Militar, Suprimento, Intendência, Contrôle de movimento terrestre e aéreo, Intérpretes, Serviço Especial, Serviço de Fundos, Sepultamento, Serviço Jurídico, etc. Esta multiplicidade de pequenas unidades, muitas vezes compostas de frações de nacionalidades diferentes, e organizadas paulatinamente, à medida que as necessidades se tornam mais evidentes, constituem, no recrutamento de pessoal, a área mais difícil. Porque não recrutar unidades completas de um mesmo país? — é a pergunta natural. A resposta é que os países que poderiam fornecer tais unidades "completas", muitas vezes não são "politicamente" aceitáveis, e os que são aceitáveis, freqüentemente, não podem abrir mão de uma unidade completa. Dia a dia novas necessidades surgem, e às vezes, o que foi de alta prioridade ontem, pela evolução da situação, torna-se obsoleto hoje. Da mesma forma que muitas vezes tivemos que nos dirigir a governos para o provimento de batalhões de infantaria adicionais, tivemos em várias circunstâncias que o fazer para a obtenção de um reforço de cozinheiros, intérpretes, polícia militar, etc. Em qualquer instância, as injunções políticas sempre presentes; o Secretário-Geral sempre atento a não ferir suscetibilidades nacionais, procurando na medida do possível, compor a Fôrça dentro de uma distribuição geográfica equitativa e justa. Convém salientar que o recrutamento de pessoal, nem sempre é fácil, particularmente, de pessoal técnico-especializado. As negativas dos governos são freqüentes, e novos recursos a novas fontes são tentados.

Na área dos transportes é consumida grande parte das atividades da Seção de Logística do Estado-Maior. Em princípio, os Contingentes sofrem rodízio, após cada seis meses de serviço no Congo. Aviação comercial, navios e aviões de transporte requisitados a países membros da ONU são empregados nos rodízios. Todos os arranjos são feitos pela já mencionada Seção de Logística. Quando se trata de transporte por avião militar requisitado, à mesma Seção compete obter dos diversos países cobertos pelas rotas de vôo, autorização para sobrevôo e pouso. E, tudo feito com muita antecedência, acompanhado pela submissão de pormenores, tais como nome dos pilotos, horários, indicativo de cha-

mada das aeronaves, nacionalidade da tropa e natureza do equipamento transportados, coordenadas geográficas das regiões de entrada e saída dos vários territórios etc pois, nesse particular, de sobrevôo e pouso, as suscetibilidades dos governos, mesmo em relação a aviões a serviço da ONU, são muito grandes. Dos fins de 1960 a esta data, em virtude da chegada escalonada no Congo, de Contingentes, grupos de soldados ou mesmo de indivíduos, uma frota de Globemasters da Fôrça Aérea americana, dois navios-transporte requisitados e linhas de aviação comercial não têm cessado de fazer viagens a serviço da ONU, para todos os quadrantes da terra.

No ponto de vista operacional, além do aspecto já mencionado de assessoria ao Secretário-Geral na apreciação das decisões do Comandante da Fôrça, ao Estado-Maior do Conselheiro Militar compete mantê-lo diariamente informado da situação militar existente, por meio de boletins de informação. Com mesas freqüência, o Estado-Maior participa de reuniões com os embaixadores junto à ONU das nações participantes, e a êles é feita exposição da situação militar no Congo. Convém salientar a delicadeza de tais exposições, pois freqüentemente, os governos, levados por interesses nacionais, justificáveis ou não, apresentam proposições que poderiam interferir nas decisões do Secretário-Geral.

Como conclusão, é praticamente impossível enumerar com detalhes todas as atividades do Estado-Maior. Para sintetizar, posso dizer que são suficientemente numerosas e variadas, para manter os seus componentes diariamente, inclusive, sábados, domingos e feriados, ocupados, e, nas fases de crises mais agudas, as 24 horas do dia. O essencial é que a operação militar na República do Congo não pode parar e, na consciência daqueles que trabalham, à retaguarda, torna-se cada dia mais vivo o sentimento de responsabilidade. Do apoio oportuno que fôr dado à Fôrça certamente dependerá a vida de muitos soldados da paz que, de forma generosa, cooperam no gigantesco esfôrço da ONU em prol da paz internacional. Além do estímulo natural ao trabalho, transmitido ao Estado-Maior pela grandiosidade do objetivo de suas atividades, a dedicação extrema do Secretário-Geral e de outros membros da alta direção da ONU foi sempre para nós um exemplo reconfortante que nos levam a superar as nossas próprias fôrças, no objetivo de bem desempenhar nossas missões.

De minha experiência na ONU, cumpre-me ressaltar como a participação concreta do Brasil, nas Fôrças das Nações Unidas, é bem acolhida e generalizadamente desejada. O comportamento do Brasil em suas relações internacionais, caracterizado por um elevado respeito à soberania das outras Nações, a inexistência de ambições de conquista territorial e de interesses vitais em qualquer parte do globo que não seja o seu próprio território, a índole de nossa gente, livre de preconceitos de raça e de religião, a posição de liderança naturalmente conquistada

no continente sul-americano são fatores de boas-vindas para nossos soldados no Oriente Médio, na África ou em qualquer parte onde a ONU for chamada a intervir para manter a paz.

A presença do Brasil na FENU, desde os primórdios da operação (início de 1957), nos tem trazido o reconhecimento e o respeito dos demais países membros da ONU, quando, na análise da situação prevalente no Oriente Médio, o Batalhão Suez é enumerado como um dos sete Contingentes responsáveis pela presente tranqüilidade reinante na área. No Congo, o punhado de Oficiais aviadores e de Sargentos especialistas da FAB que participa da operação do Esquadrão C-47 da Fôrça tem prestado inestimável serviço. Com o devido respeito à alta direção do governo, a quem compete decidir corresponder ou não ao chamamento da ONU, caso operações militares congêneres surjam, pode-se dizer, como regra, que a participação concreta do Brasil, nos trará sempre grande acervo de vantagens de ordem moral e profissional.

INTERESSA A TODOS OS MILITARES,
PARTICULARMENTE AOS OFICIAIS
DE ESTADO-MAIOR

“INFORMAÇÕES
MILITARES”

Gen Idalio Sardenberg

A VENDA NA REDAÇÃO
DESTA REVISTA.

PREÇO : Cr\$ 150,00



ROMMEL NA CONFERÊNCIA DE MARGIVAL

1 — Antecedentes Militares

O desembarque aliado nas praias da Normandia, em 6 de junho de 1944, encerrou, para os alemães, um período de expectativa que já se tornava por demais longo. Desde o cancelamento da operação "Leão Marinho", de invasão da Inglaterra, vinha o Alto Comando Alemão realizando preparativos para a defesa da costa do Atlântico. Coube à Organização Todt o encargo de construir um sistema de fortificações de concreto, pomposamente designado por "Muralha do Atlântico".

Embora de valor defensivo discutível, principalmente por não ter sido concluída antes do desencadeamento da invasão, a "Muralha do Atlântico" espelhava o tipo de defesa que o Alto Comando pretendia realizar no TO de Oeste. Defesa em posição cerrada sobre o litoral, revivendo, de certa forma, a mentalidade de "Linha Maginot", sem utilizar a mobilidade que caracterizara as vitoriosas operações contra a Polônia e a França. Não seria difícil, portanto, prever que tal conceito de defesa, esposado por Hitler, provocaria choques de opinião entre os generais alemães.

A deterioração da situação militar do Reich, na primavera de 1944, provocada mais pela incapacidade do Führer para dirigir a guerra do que pelo valor profissional dos comandantes alemães, adicionou ao problema criado pelo conceito de defesa mais um elemento perturbador. De fato, o esgotamento do potencial humano apresentava-se como problema insolúvel para o Estado-Maior germânico.

A inatividade do TO de Oeste permitiu o artifício inicial de guarnecê-lo com tropas de segunda categoria, compostas por alemães de idade mais avançada e por naturais de países ocupados, inclusive russos brancos. Este artifício possibilitou ao OKW a constituição de uma importante reserva estratégica, mas, na época da invasão, esta reserva já havia sido completamente absorvida pelo TO russo.

Foram êstes, pois, os problemas com os quais se deparou o Marechal-de-Campo Erwin Rommel ao assumir o comando do Grupo de Exércitos B, que juntamente com o Grupo de Exércitos G, constituíam as Forças Terrestres do TO de Oeste.

Durante os meses de abril e maio de 1944, o problema da localização das reservas blindadas do TO suscitou os mais vivos debates entre Rommel, de um lado, e o General Barão Geyr von Schweppenburg, Comandante das fôrças blindadas no Oeste, de outro. A divergência devia-se mais a diferença de ponto de vista sobre as possibilidades aéreas do inimigo, do que sobre a estratégia adotada para o TO.

Rommel, o único dos comandantes-em-chefe que havia enfrentado a superioridade aérea dos Aliados, desejava colocar as reservas blindadas junto ao litoral, a fim de impedir a ação aérea inimiga contra os blindados, em movimento para a zona de ação. "Se não contra-atacarmos imediatamente após o desembarque — declarava Rommel — nunca mais seremos capazes de realizar um outro movimento, devido a esmagadora superioridade aérea do inimigo".

Muito embora houvesse comandado, em combate, efetivos de blindados superiores aos que Rommel comandara, von Schweppenburg tinha sua vasta experiência de combate limitada ao TO de Este. Sem dúvida, a ação da fôrça aérea russa não permitia formar sequer uma pálida idéia do que fôrça a ação da fôrça aérea aliada na África. Entretanto, von Schweppenburg defendia o ponto de vista de que os blindados deveriam permanecer à retaguarda, em condições de deslocar-se para atuação no ponto crítico. Empregar o grosso dos blindados, na defesa contra a invasão, antes de estar definido o esforço do inimigo seria "perder-se com táticas limitadas na praia, disse von Schweppenburg — sacrificando a característica mais cultivada pelo Alto Comando Alemão: a operação móvel".

Como seria de esperar, a disputa envolveu os escalões imediatamente superiores, isto é, o Marechal-de-Campo von Rundstedt, Comandante do TO, a quem Rommel estava subordinado, e o General Guderian, Inspetor-Geral das Forças Blindadas, a quem von Schweppenburg estava subordinado.

Devido ao escalão em que se travava a disputa, todos julgavam importante o comparecimento de Hitler ao TO de Oeste. Acreditavam que visitas do Führer a várias partes do TO propiciaria não só um melhor conhecimento das reais necessidades, como também clima favorável a um maior entrosamento de pontos de vista.

2 — Antecedentes Políticos

Se, por um lado, a situação militar estava a exigir a presença do Führer no Oeste, para Rommel, particularmente, a situação política tornava imperiosa a necessidade de um contato pessoal com Hitler.

O primeiro político a procurar Rommel foi o Dr. Strölin, Prefeito de Stuttgart. Em fevereiro de 1944, discutiu com Rommel as possibilidades de uma mudança legal de governo e os meios para pôr fim à guerra.

No dia 15 de abril de 1944, o chefe do Estado-Maior do Grupo de Exércitos B, General Hans Speidel, apresentou a Rommel, em conversa informal, as idéias ventiladas no decorrer de conversações em Freudestadt (Württemberg), realizadas no dia anterior. Havia participado das conversações o Dr. Strölin e o Dr. Goerdeler, antigo Prefeito de Leipzig. O Dr. Goerdeler era a força propulsora da idéia de substituir Hitler na chefia do governo. Realizava, também, os principais contatos entre os civis e os altos chefes militares.

A opinião de Rommel era que se devia pôr um fim à guerra no Oeste e mudar a forma de governo, concentrando-se todo o poderio germânico para enfrentar o Exército Vermelho. Opunha-se a qualquer plano para assassinar Hitler. Não desejava transformá-lo em mártir. Sua idéia era empregar formações Panzer de confiança para aprisionar Hitler, conduzi-lo perante uma corte alemã a julgá-lo por crimes contra o seu próprio povo e contra a humanidade. Era importante que o Führer fosse julgado pelo povo que o elegeu.

No dia 15 de maio, Rommel e o General Karl Heinrich von Stülpnagel, Governador Militar da França, encontraram-se numa casa de campo em Mareil-Marly, próximo a St. Germain, para uma conferência informal sobre as medidas necessárias para pôr fim à guerra no Oeste e derrubar o regime nazista. "Ambos participaram ao Comandante-em-Chefe do Oeste, von Rundstedt, suas apreensões políticas e problemas militares, encontrando um ouvinte atento", segundo o General Speidel.

Para não levantar suspeitas, Rommel enviou o seu chefe de Estado-Maior para participar de uma reunião marcada para 27 de maio, em Freudestadt. Nesta reunião, o antigo Ministro do Exterior, Barão Constantin von Neurath, solicitou que um apelo urgente fosse dirigido ao Marechal para estar pronto a assumir função importante na libertação do Reich, ou como chefe das forças armadas, ou como Chefe de Estado interino.

Em fins de maio chegou ao auge a pressão política sobre Rommel, destacando-se as visitas a La Roche Guyon do Reichminister Dr. Dorpmüller e do Gauleiter de Hamburgo, Kauffmann.

Ao se iniciar o mês de junho de 1944, Hitler continuava adiando a sua tão prometida visita ao TO de Oeste. Rommel, por outro lado, desejava apresentar-lhe, pessoalmente, e sem deixar margem a dúvidas, seus pontos de vista, antes da invasão, sobre a situação política e militar e insistir para que fôssem tomadas certas medidas de natureza política. Após consultar o Marechal von Rundstedt, telefonou para o Ajudante de Hitler, General Schmundt, e obteve uma audiência para o dia 6 de junho. Partiu de automóvel para Obersalzberg na manhã do dia 5 — os oficiais mais graduados estavam proibidos de viajar de avião, pois era impossível protegê-los contra a força aérea Aliada. Rommel pretendia passar a noite de 5 para 6 em Herrlingen, próximo a Ulm, com sua família.

Entre 06,00 e 06,30 horas do dia 6 de junho, o Chefe do Estado-Maior do Grupo de Exércitos B relatou, por telefone, ao seu Comandante, os acontecimentos que se desenrolavam na Normândia. Rommel, ainda em Herrlingen, cancelou sua viagem a Berchtesgaden e, por volta das 17,00 horas, estava de volta ao seu QG, em La Roche Guyon.

3 — Margival

A conduta da defesa alemã, durante os dez primeiros dias da invasão, pode ser caracterizada pela resposta dada pelo Alto Comando a todas as solicitações para movimento de unidades engajadas: "Manter o terreno. Não ceder um palmo".

A privação da liberdade de manobra, "esta mixórdia tática, incorreta sob todos os aspectos", no dizer do General Speidel, contribuiu para aumentar a pressão dos comandantes sobre o Alto Comando, exigindo a presença de Hitler no TO. Este decidiu, finalmente, aceder aos contínuos apelos e visitar a frente, "onde poderia colher informações em primeira mão e, se julgasse necessário, tomar novas decisões estratégicas".

Uma ordem telefônica inesperada, na noite de 16 de junho, determinou que ambos os marechais-de-campo, e seus respectivos chefes de Estado-Maior, se apresentassem a Hitler às 09,00 horas do dia 17, no Quartel-General de Combate "W II", em Margival, ao Norte de Soisson.

Não houve tempo para realizar nenhuma preparação para esta conferência. Para cumprir a ordem, Rommel teve que percorrer 200 quilômetros, em direção à retaguarda, imediatamente após regressar, às 03,00 horas da madrugada, de uma inspeção à linha de frente, na península de Cotentin, e que durara vinte e uma horas.

O QG "W II" estava localizado "a oito quilômetros a nordeste de Soisson, onde a ferrovia para Laon passava através de um corte, ao lado da boca de um túnel muito apropriado para esconder o trem especial de Hitler. Dispunha o QG de abrigos de concreto bem camuflados e espaçosos. O refeitório situava-se numa elevação, proporcionando bonita vista sobre a catedral de Soisson. As instalações destinadas ao Führer compreendiam uma ampla sala de trabalho, dormitório com banheiro, alojamento para os ajudantes e abrigos especiais contra ataque aéreo, equipados para trabalho e repouso."

O QG havia sido construído em 1940 para receber o Alto Comando, durante a operação de invasão da Inglaterra. Nunca mais fôra utilizado, até 17 de junho de 1944. Para a realização da conferência a região foi herméticamente isolada pelo Comando SS de Escolta do Führer.

Hitler, juntamente com sua comitiva, viajou de avião de Berchtesgaden a Metz e de carro, daí até Margival, onde chegou na manhã de 17.

As 09,00 horas teve inicio a conferência de Margival. Hitler pronunciou uma saudação curta e séca e passou a demonstrar, rispidamente, seu desgôsto pelo sucesso do desembarque Aliado. Sentou-se encurvado sobre um banco enquanto os marechais de campo permaneceram de pé. De acordo com o relato de Speidel, "tinha a fisionomia pálida, parecia mal dormido e brincava, nervosamente, com seus óculos e com uma coleção de lápis que apertava por entre os dedos. Seus poderes hipnóticos pareciam haver sumido".

Em seguida, relata Lutz Koch, "von Rundstedt expôs a inferioridade das forças armadas germânicas, assinalando que o domínio aéreo e naval do inimigo havia impedido a intervenção oportuna das divisões inicialmente retidas, e depois liberadas, pelo Alto Comando". Depois, passou a palavra ao Comandante do Grupo de Exércitos B, por ser o comandante-em-chefe da frente invadida.

Rommel com uma franqueza impiedosa, salientou, então, os aspectos cruciais da defesa. Lembrou que prognosticara antes de 6 de junho, e desde então repetira diariamente, que a luta seria inglória contra tão tremenda superioridade na terra, no mar e no ar. "Após o fracasso dos reconhecimentos da Luftwaffe e da Marinha, os Aliados, contando com esmagador apoio de artilharia, conseguiram desembarcar, por mar e pelo ar, na costa fracamente fortificada e pobemente guarneida de Calvados e da península de Cotentin. As divisões alemãs engajadas na costa, não haviam sido "apanhadas desprevenidas", conforme informava um comunicado inimigo interpretado ao pé da letra pelo Alto Comando Alemão. Estas divisões, na realidade, haviam lutado até o último alento nas suas débeis posições defensivas. Nesta disputa desigual, oficiais e soldados haviam combatido com um vigor sobre-humano".

Prosseguiu, apresentando seu estudo de situação sobre a península de Cotentin e comparando a potência da defesa com a do ataque. Predisse a queda de Cherburgo e solicitou que a batalha fosse conduzida de acordo com as necessidades do momento.

Isto trouxe à baila a questão das fortalezas, ou sejam, cidades e regiões dotadas de fortificações de campanha improvisadas. Rommel "declarou-as inúteis e chamou a atenção para o desperdício insensato de homens e material".

As "fortalezas" constituíam uma das idéias prediletas de Hitler. Neste ponto da exposição de Rommel, o Führer, que até então se mantiava calado, interrompeu o Marechal e teceu breves considerações sobre o valor defensivo das "fortalezas". Para o prosseguimento das operações, diz o General Speidel, declarou "fortalezas" as seguintes cidades e regiões: Ijmuiden, ilha Walcheren, Dunquerque, Calais, cabo Gris Nez, Bou-

logne, Dieppe, Havre, Cherburgo, St. Malo, Brest, Lorient, St. Nazaire, La Pallice, Royan e a foz do Gironda."

Em continuaçāo, o Marechal Rommel expôs o que julgava ser a intenção dos Aliados: "uma penetração, partindo da região Caen-Bayeux e da península de Cotentin, inicialmente na direção sul e, em seguida, em direção a Paris. Uma operação secundária, ultrapassando Avranches, para isolar a Bretanha."

O Comando de Oeste estimou, na época, que os Aliados haviam desembarcado durante os dez primeiros dias de invasão, de 22 a 25 divisões "móvels ou blindadas, das quais 11 ou 12 eram inglesas e 11 ou 13 americanas, e que continuava chegando, por semana, de duas a três divisões. Talvez por isso, tenha Rommel declarado na conferência que "o poder relativo das fôrças alemãs era tão baixo, que não se deyia contar com o sucesso da defesa no oeste. Não existia linha de defesa no Sena, nem qualquer outra linha fortificada e, desta forma, era impossível prever o comportamento da frente oeste. Os comandantes aliados podiam parecer lentos e cautelosos, mas a perseverança metódica e a esmagadora superioridade assegurariam a vitória final".

Como consequência, Rommel propôs a realização de um combate em retirada para uma posição mais a retaguarda, que, relata Chester Wilmot, "acompanharia o obstáculo natural, de vulto, constituído pelo rio Orne, na direção sul até Thury-Harcourt; daí seguiria na direção oeste, através do monte Pinçon e do conjunto de colinas, densamente arborizadas, que se estendia até próximo de Granville, na costa ocidental da península de Cotentin."

Ao longo desta linha — ainda em terreno boscoso, mas fora do alcance do fogo naval — a infantaria poderia formar "um cordão resistente" e liberar as unidades Panzer, as quais constituiriam uma reserva capaz de enfrentar qualquer ruptura na Normandia.

"Hitler parecia concordar", declara o general Blumentritt, chefe do Estado-Maior de von Rundstedt, "Entretanto, permaneceu em silêncio e não tomou nenhuma decisão. Para contornar o assunto, apresentou as fotografias de um novo tipo de avião." Seguiu-se uma ampla explicação sobre os prováveis efeitos do aparelho, ao ser empregado em apoio às fôrças terrestres. Por fim, Hitler devolveu a palavra ao Marechal Rommel.

Rommel esclareceu que não acreditava mais na realização de um segundo desembarque ao norte do Sena e repetiu a solicitação para uma irrestrita liberdade de ação no oeste. Sua necessidade mais urgente, disse, "era de uma diretriz para enfrentar a esperada ruptura do I Exército Americano, na costa ocidental da península de Cotentin, e o retraimento da frente de Caen para além do Orne". O Marechal von Rundstedt apoiou a solicitação.

Hitler não quis enfrentar a realidade desta apreciação sobre a situação do inimigo e o declínio diário do poder combativo das fôrças alemãs. Profetizou, relata o general Speidel, "numa estranha mistura de cinismo

e falsa intuição, durante um jôrro infindável de frases auto-sugestivas, que as "armas V", postas em ação no dia 16 de junho, seriam decisivas contra a Grã-Bretanha".

Interrompeu a conferência para ditar a um representante do diretor da Imprensa do Reich a redação de um comunicado, para ser divulgado pelo rádio e pela imprensa, anunciando o primeiro emprêgo da bomba V.

Imediatamente os marechais solicitaram que as bombas V fôssem lançadas contra a cabeça de praia aliada na Normandia, e não sobre as ilhas britânicas.

O Comandante Geral das armas V, general de Artilharia Heinemann, consultado, esclareceu que a margem de êrro desses mísseis era muito grande. Podiam cair fora do alvo de "nove a doze milhas, o que punha em perigo as tropas alemães na região da cabeça de praia". Hitler rejeitou a sugestão de lançar as bombas V contra os portos da costa sul da Inglaterra, onde estavam sendo embarcados pessoal e suprimentos para as forças de invasão. Declarou que desejava atingir Londres e fazer "os ingleses ansiarem pela paz".

Segundo o relato de Lutz Koch, a situação tornou-se dramática quando Rommel menciónou a absoluta inferioridade da Luftwaffe. Com um gesto de desespéro, Hitler exclamou: — "Fui o primeiro a ser enganado pelas mentiras relativas ao desenvolvimento da Luftwaffe. As informações que me prestaram sobre o número de aviões e prazos de entrega eram muito diferentes da realidade".

Continuando, Hitler mostrou dúvida sobre o incisivo relatório de Rommel a cerca do poder destruidor do armamento inimigo. O Marechal replicou enérgicamente, salientando que nenhuma autoridade do QG do Führer havia se aproximado da frente, para formar uma opinião sensata sobre a situação tática e sobre o efeito do armamento inimigo. Ao contrário, as decisões eram tomadas nas mesas de conferências e se ressentiam de uma apreciação baseada no conhecimento da linha de frente. E concluiu, relata Koch, dizendo: — "O senhor exige a nossa confiança mas não a retribui, confiando em nós".

Insinuação semelhante, custara ao Gen. Guderian a perda do Comando do II Exército Panzer, na Rússia, em dezembro de 1941. Desta vez, segundo Speidel, "Hitler ficou rubro, mas conservou-se em silêncio".

A conferência foi interrompida para o almôço, no qual, conta Speidel, "Hitler despejou no prato uma travessa cheia de arroz e vegetais, antecipadamente provados em sua presença. Pílulas e vidros contendo diversos remédios foram arrumados junto ao seu lugar e ele fazia uso deles com freqüência. Dois SS montavam guarda atrás da sua cadeira".

Quando a conferência foi reiniciada, o Gen. Jodl, chefe da seção de operação do OKW, usou da palavra para indicar quais as novas unidades do exército, marinha e aeronáutica que seriam trazidas para a frente e em que época chegariam.

Em seguida, Hitler discorreu sobre o momento em que "formações maciças de caças a jato" seriam empregadas para varrer a supremacia aérea dos Aliados dos céus da Normandia e da Alemanha. Descreveu

a situação noeste e sudeste como estabilizada, e perdeu-se em frases que profetizavam o colapso iminente da Grã-Bretanha sob o ataque das bombas V e jatos.

"A conferência, da qual os dois marechais tanto esperavam, tornava-se sufocante", conta Speidel, "como o descabido monólogo de Hitler".

O sinal de alarme aéreo, indicando a aproximação de aviões aliados, provocou a mudança do local da conferência para o abrigo antiaéreo do Führer. No abrigo "só havia espaço para Hitler, os dois marechais e seus respectivos chefes de Estado-Maior, e o ajudante de Hitler, general Schmundt".

Rommel aproveitou a oportunidade para realizar uma apreciação sobre a situação política. Previu o colapso da frente na Normandia e a impossibilidade de conter a penetração dos Aliados na Alemanha. Tentou sugerir, como solução política, uma aproximação com os Aliados Ocidentais. Chegou mesmo, conta Chester Wilmot, a perguntar: — "Mein Führer, o que pensa realmente sobre as nossas possibilidades de continuar a guerra?" Ao que Hitler, sem conseguir ocultar a raiva, retrucou: — "Trata-se de um assunto que não é da sua competência. Deixe-o para mim". (Este diálogo foi confirmado pelo Gen. Jodl, depoendo em Nuremberg, no dia 6 de junho de 1946).

Prosseguindo, Rommel previu que a frente italiana desmoronar-se-ia — Roma caíra no dia 4 de junho — e só a duras penas a frente russa podia ser mantida. Ressaltou o completo isolamento político da Alemanha e o seu visível enfraquecimento, embora a propaganda procurasse provar o contrário. Sugeriu que fosse adotado um melhor tratamento para a França, pondo fim ao Programa Sauckel de recrutamento forçado de mão-de-obra e restringindo as atribuições da "Sicherheitsdienst" (tipo de polícia de segurança).

Hitler interrompeu a conversa do Marechal por várias vezes, mas este retomava sempre a exposição. Porém, quando Rommel fez um veemente apelo para que se pusesse um fim à guerra, Hitler encerrou a conferência, bruscamente, dizendo: — "Não se preocupe com a orientação futura da guerra, mas apenas com o setor da frente sob sua responsabilidade".

Eram 16,00 horas do dia 17 de junho de 1944.

4 — Consequências

Antes do encerramento da conferência, o Gen. Schmundt, aparentemente impressionado pelas repetidas advertências de Rommel no sentido de que o Alto Comando necessitava adquirir conhecimento pessoal da frente, solicitou ao Gen. Hans Speidel que programasse, para o dia 19, uma visita de Hitler ao QG de La Roche Guyon, ou a algum outro QG mais apropriado. Todos os comandantes de unidade de tropa deveriam ser alertados no sentido de apresentar, pessoalmente, seus problemas.

Esta visita não chegou a ser realizada porque Hitler regressou a Berchtesgaden na noite de 17 para 18 de junho. A causa do retorno precipitado foi a queda, ao anoitecer de 17, de uma bomba V sobre o QG

de Margival. Imediatamente após o desprendimento da plataforma de lançamento, uma falha no mecanismo direcional havia provocado o desvio da bomba V para este.

Ao contrário da confiante afirmativa de Hitler de que a frente oriental se estabilizara, o que ocorreu foi uma ofensiva soviética em larga escala, a partir de 20 de junho, contra o Grupo de Exércitos do Centro. A frente foi rompida a cavaleiro da rodovia pavimentada Somlensk—Minsk. Em seguida, as divisões russas progrediram para a fronteira do próprio Reich, sem encontrar resistência. Todas as reservas à disposição do Alto Comando, inclusive Guarda Territorial, foram canalizadas para este, a fim de deter a avalanche.

As unidades mencionadas pelo Gen. Jodl durante a conferência, jamais alcançaram o TO de Oeste. Sem receber suficientes reacomodamentos, os efetivos germânicos baixaram assustadoramente. Churchill assinala, em suas memórias, que o Gen. Eisenhower estimava o poder combativo de 27 divisões alemãs assinaladas como o equivalente a 16 divisões.

A capacidade de destruição da "arma milagrosa" — a V 1 — era, na realidade, mínima. Não compensava o esforço realizado para produzi-la e não afetava o poder combativo das forças invasoras. Da mesma forma, os caças a jato não chegaram a afetar a esmagadora supremacia aérea dos Aliados.

A falta de confiança do Führer nos seus generais, a persistência com que interpretava de forma inverossímil a situação militar e a impossibilidade de cumprir as promessas feitas, contribuiu muito para apressar a ação de Rommel contra o governo. "Ao terminar a conferência de Margival, ampliara-se o abismo que separava Rommel de Hitler", afirma Speidel. O relatório enviado a Hitler, em 15 de julho, no qual Rommel "exigia que fossem tiradas as conclusões necessárias da situação atual", constitui a confirmação ostensiva do antagonismo reinante entre ambos.

Por outro lado, a conferência de Margival não produziu nenhum efeito benéfico sobre o moral, no TO. Rommel e von Rundstedt, conhecedores profundos que eram da situação, não se deixaram iludir pelas informações mirabolantes de Hitler. A visita do Führer à linha de frente teria contribuído não só para elevar o moral da tropa, mas, também, para contrabalançar o efeito provocado pela visita à Normandia de Churchill, no dia 12, e do rei Jorge VI, no dia 16 de junho, efeito que se fizera sentir até nas linhas alemãs. Mas nem isto foi realizado.

B I B L I O G R A F I A

El Mariscal Rommel — Lutz Koch

The Struggle for Europe — Chester Wilmot

Invasion 1944 — Gen. Hans Speidel

Segunda Guerra Mundial — Winston Churchill

PANAIR DO BRASIL

LIDERANÇA NO TEMPO E NO ESPAÇO

1 — No limiar da aviação comercial, a Panair foi a primeira a unir o litoral brasileiro em tôda a sua extensão. Os 15 dias do "Ita" reduziram-se aos 3 do "Commodore" na rota Rio — Belém. O "Lodestar" e o "DC-3" vieram mais tarde, ligando o litoral ao interior do país. E ainda hoje o espírito Bandeirante da Panair continua o mesmo. Numa epopéia de todo dia, os "Catalinas" percorrem de ponta a ponta o vale amazônico, enquanto os "Constellations" cobrem todo o litoral.

2 — Em 1946, a bandeira do Brasil foi levada ao outro lado do Atlântico nas asas dos "Bandeirantes" da Panair. Hoje, com os magníficos DC-8 — jatos de longo curso de excepcionais características — as côres brasileiras chegam a inúmeras cidades, na América Latina e na Europa, na África e no Oriente Médio, num roteiro de 110.000 km.

3 — A Panair é, também, a única empreesa de aviação na América do Sul a possuir completa oficina para revisão de motores e turbinas a jato. Nas moderníssimas instalações da CELMA, em Petrópolis, como nos hangares, uma equipe de técnicos altamente especializados opera um conjunto modelo de manutenção de aviões.

4 — Esta pequena história da Panair (agora 100% brasileira, 100% alta classe) estaria incompleta sem o destaque devido à peça mais importante da organização — o elemento humano. Pois é através dêle que a empreesa melhor expressa sua tradição e experiência, baseada no pioneirismo e tenacidade, dedicação e espírito público em alto nível. É com êste material que se constrói uma liderança.

O PRÓXIMO CENTENÁRIO DO ATAQUE AO FORTÉ DE COIMBRA E A INCOLUMIDADE DOS SEUS DEFENSORES

General RAUL SILVEIRA DE MELLO

INTRODUÇÃO — Em 27-28 de dezembro de 1964, daqui a menos de dois anos, dar-se-á o 1º centenário do ataque paraguaio ao Forte de Coimbra. Esse memorável episódio da guerra da Tríplice Aliança teve uma significação especial. Foi o alfa, a primeira cena dessa inominável tragédia que durou seis anos. Foi realmente contra o Forte de Coimbra que se deu o primeiro tiro, o primeiro bombardeio, o primeiro ataque, o primeiro corpo-a-corpo, o primeiro derramamento de sangue nessa cruenta guerra.

Não vou descer à apreciação militar da ocorrência. Deixemos a análise da guerra para os estudiosos da estratégia e da tática. Deixemos para os mestres do Direito Internacional e para os entendidos em Diplomacia as causas e razões desse lamentável conflito. O Brasil, neste momento de sua história e de sua política exterior, não precisa baixar a essas peculiaridades e minúcias. Elas já foram examinadas a lazer e estão registradas em longos estudos de várias fontes. Basta — e este deve ser nosso único propósito — que nos ocupemos dos acontecimentos do Forte de Coimbra com a finalidade de tirar dêles o que nos pode ufanar, sem diminuir os adversários de ontem. Realmente, os motivos desta ufania são de tal monta que não cabe nêles o exame das causas determinantes nem as decorrências lutoosas daqueles dias terrificantes. Nosso objetivo, pois, limitar-se-á a relembrar simplesmente os fatos, a grosso modo, no sentido de pôr em evidência a conduta airosa e intrépida dos defensores do Forte, e, em particular, acima de tudo, exaltar a miraculosa salvaguarda que lhes propiciou Nossa Senhora do Carmo, Padroeira do velho baluarte, face à esmagadora superioridade do adversário.

Quando me refiro à salvaguarda ou ação salvífica de Nossa Senhora do Carmo, vale dizer a presença de uma força invisível, inexorável, em prol da defesa, ver-se-á, no correr destas páginas, nada haver nisso de gratuidade ou suposição, mas iniludível realidade.

O DESENCADEAR DA GUERRA — O presidente da República do Paraguai, marechal Francisco Solano Lopez, declarou guerra ao Brasil em 12 de novembro de 1864 e a primeira operação bélica que mandou empreender foi contra a província de Mato Grosso. Uma poderosa frota de guerra, sob o comando do coronel Vicente Bárrios, com 3200 homens

de desembarque, investiu, Paraguai acima, contra o território brasileiro e veio defrontar, de surpresa, com o Forte de Coimbra na noite de 26 de dezembro daquele ano. A guarnição do velho baluarte contava apenas 115 homens, a que se associaram, pedindo armas para bater-se (ao lado da defesa), 40 paisanos, entre os quais 15 presos, que ali cumpriam pena, e 10 índios guaicurus, chegados naqueles dias em visita. Difícil a situação da defesa. O pessoal mal dava para guarnecer metade das peças existentes. E — mais grave ainda — a munição de infantaria orçava apenas por 12.000 cartuchos, menos de 80 tiros por homem.

O PRIMEIRO DIA DO ATAQUE — No dia 27, pela manhã, intimado a capitular, recusou-se a isso, formalmente, o comandante Tenente-Coronel Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero. Desencadeou-se, então, contra o Forte, intenso bombardeio e terrível investida da infantaria paraguaia desembarcada. Nessa primeira jornada, a tropa adversária avançou resolutamente até às encostas do morro, por trás do Forte, abrindo caminho por entre a mata de espinheiros. A fuzilaria foi tão nutrida de parte a parte que a defesa gastou a quase totalidade dos cartuchos, restando-lhe, ao cair da noite, apenas 2.500 tiros.

APÉLO DOS DEFENSORES À PADROEIRA DO FORTÉ — Ninguém se iludira no Forte quanto à gravidade da situação. Todavia, a pequena tropa estava disposta a resistir até o último alento. Enquanto canhões e fuzis alvejavam as tropas paraguaias que tentavam o assalto, dona Ludovina, espôsa de Portocarrero, dirigia a resistência moral e psicológica. Desde logo, ela e as mais mulheres recolhidas ao Forte, recorreram à arma imponderável, mas encorajadora e poderosa da oração. Criam piamente essas valentes mulheres quanto valem nesses momentos de angústia as fôrças sobrenaturais. Confiavam não lhes faltaria o valimento de Nossa Senhora do Carmo, Padroeira do Forte. Porventura a sua imagem histórica deveria cair nas mãos do adversário ou ser vulnerada pelo canhão? Se tal sorte lhe fôrada reservada, por que a elegeram para proteger o Forte? Era lógico, pois, que, se outros tempos manifestara a sua altíssima ajuda em situações semelhantes, não deixaria de fazê-lo nessa terrifica emergência. Sim, Ela estava ali, em sua capelinha, como num PC, para responder pela salvaguarda dos que se entregaram à sua proteção. Assim o entendeu dona Ludovina. Em dado momento, naquele primeiro dia de ataque, tomara dramática decisão. Chamara um cabo e mandara-o a Portocarrero para que lhe enviasse a banda de sêda vermelha, que usavam os oficiais na cintura. De posse dessa insígnia, correu à capela e a depositou aos pés da Padroeira, suplicando-lhe proteção para os defensores.

Que significava para êstes a transferência desta insígnia, da cintura do comandante, para os pés da Imagem? Ora, nada menos do que isto: combatessem êles com valor e confiança, porque a Padroeira, de sua parte, se encarregava de encorajá-los e protegê-los. E, como assim o acredita-

ram, assim aconteceu. As tropas de ataque, nesse dia, fustigadas pela defesa, nem puderam chegar a distância de assalto, e, ao cair da noite, tiveram de recuar para o local do desembarque e para os navios, levando consigo perdas e decepções.

Era de prever, no entanto, que, para o dia seguinte, a luta seria mais encarniçada, porque o atacante havia desbravado o terreno até pequena distância da gola do Forte, buscando uma base de partida para o assalto.

A PRESENÇA DE SETENTA MULHERES NO FORTES — Que poderia fazer a guarnição para resistir eficazmente na segunda jornada, se lhe escasseava a munição de infantaria? A resposta estêve nisto: haviam-se refugiado no Forte 70 mulheres, espóspas de oficiais, sargentos, soldados e paisanos, e simples lavadeiras da aldeia. Dir-se-ia um peso morto para a defesa, porque eram bôcas para alimentar e prantos para diluir a resistência dos homens. Pasmem todos, no entanto. Essas mulheres, em que pêse a apregoada fragilidade feminina, emparelharam-se aos homens na defesa do Forte. Para que êstes permanecessem vigilantes e atuantes nas seteiras e banquetas de tiro, elas se encarregaram do suprimento da água, dos serviços de cozinha e de todos os mais misteres em que podiam poupar os homens. Quando chegou, pois, ao quase esgotamento da munição de infantaria, aquelas 70 heroínas de tódas as condições, sem descrença, em estreito espírito de solidariedade, entregaram-se, pela noite adentro, sem pregar olhos, à confecção de cartuchos. Muitas delas, inclusive dona Ludovina, por falta de papel regulamentar adequado, dilaceraram as próprias saias para fazer buchas de fuzis. Por mais duro, porém, que trabalhassem, só conseguiram manufaturar uns 4.000 cartuchos, porque, de sobrecarga, tiveram de reduzir balas de chumbo de maior calibre, machucando-as com pedras para acomodá-las às espingardas minié. Assim procederam, de fato, com extrema diligência. Jamais se falou, no entanto, que aquelas mulheres se tivessem tomado de nervosismo ou de medo.

Com esse trabalho noturno, subiu a 6.500 cartuchos o estoque de munição de infantaria para o dia seguinte. Nada obstante, essa quantidade era diminuta, exígua, insuficiente. A nova jornada exigiria maior dispêndio de munição, porque se aguardava para esse dia o desencadear do assalto. Tudo fazia crer, ia ser jogada a sorte do velho Forte.

O SEGUNDO DIA DO ATAQUE — A luta, pela manhã do dia 28, recomeçou com fúria redobrada. Um novo batalhão de tropas frescas substituiu o que se esgotara no ataque da véspera. Às 7 horas da manhã recomeçou o ataque. O Forte respondia à fuzilaria dos atacantes, mas sómente à distância de tiro eficaz, para fazer poupança de munição. O canhoneio e a fuzilaria do lado paraguaio cresceram de intensidade e chegaram ao paroxismo cerca das 14 horas. A esse tempo, a infantaria atacante aprestou-se para lançar-se ao assalto. Havia ali, a uns 200 m, uma dobra do terreno, desenfiado, com declive para a gola do Forte, propício

a aumentar a velocidade e a fôrça viva do assalto. Recrudesceu, então, a fuzilaria e o bombardeio. Era o sinal do assalto. Nesse instante, a tropa atacante arremeteu contra o Forte, fazendo-o, segundo a parte de combate de Bárrios, o comandante paraguaio, "com tôda a velocidade que recomendam as ordenanças". E o fizeram, de fato, "com mais ardor do que a prudência aconselhava".

Logo, porém, que os assaltantes desenbocavam da base de partida, varria-os uma saraivada de balas, lanternetas e granadas, partidas do Forte e de nossa canhoneira Anhambá. Nada, porém, detinha os assaltantes. Aliás o declive da encosta facilitava a corrida e tornava quase impossível a detenção ou retrocesso. Duas horas, aproximadamente, levou o batalhão paraguaio no envio de vagas de assalto, intervaladas apenas pela chegada e passagem de linha de novos elementos, trazidos à frente. Apesar de tudo, as levas de assaltantes, como caniços varridos pelo vendaval, mordiam o solo ou refluíam para os lados com grandes perdas. Não descorajavam, porém. Após o rechaço de uma leva, lançava-se outra e outra.

CORPO-A-CORPO EM PLENO FORTE — Aconteceu, então que os remanescentes de uma nova leva, num esfôrço supremo, e num lanço espetacular, passando por cima dos cadáveres dos companheiros, conseguiram atingir a gola do Forte e escalar-lhe o muro. Eram oito paraguaios de grande valor. Ao alçar-se para dentro, sete dêles, de maior agressividade, foram de pronto varados por baionetas, e o último — um afortunado — subjugado e preso. Essas tremendas ações e reações, de parte a parte, e este memorável corpo-a-corpo, exaltam sobremodo o valor de ambos os contendores e lembram o que se passaria depois, na abordagem da canhoneira Parnaíba, na batalha do Riachuelo, a 11 de junho de 1865.

Houve, porém, nesse episódio do Forte um feito mais mérito do que a própria bravura. Foi a conduta generosa dos nossos, que, no furor daquele rápido entrevêro, souberam poupar a vida ao derradeiro assaltante, preferindo dominá-lo a pulso a espetá-lo a baioneta.

Ora bem. Passado esse arrojado lanço paraguaio, era de esperar novo lanço. Se àquele arremesso se seguissem outros, cada vez mais vigorosos, era evidente que acabariam por vulnerar o Forte e subjugá-lo. Esse prognóstico estava na consciência dos defensores, porquanto não havia sinal de esmorecimento do lado paraguaio. A fuzilaria crepitava por entre o matagal da encosta, como a denunciar a chegada de novo escalão de assalto.

NOSSA SENHORA DO CARMO INTERVÉM, DE CIMA DAS MURALHAS — Foi nesses terríveis momentos de perplexidade e angústia que dona Ludovina, espôsa de Portocarrero, assumiu um papel de notável transcendência. Se tudo estava humanamente perdido, raciocinou ela, seria o caso de entregar a defesa nas mãos de Nossa Senhora do Carmo, Padroeira do Forte. Assim pensando, chama o músico Verdexas e diz-lhe: — tome nos braços a imagem da Virgem, com a banda de sêda vermelha

do comandante que, ontem lhe depositei aos pés, e suba com ela para cima da muralha; e, em ali chegando, a exponha, bem alto, aos olhos dos atacantes (1). O súbito aparecimento da imagem naquela posição dominante, causou inenarrável encantamento àqueles homens enfurecidos pela guerra. Surpresa e admiração em todos os semblantes. Abatem-se de súbito, como a um sinal de comando, os fuzis de parte a parte. De um e outro lado, cessa o fogo. Impelidos por incontida reverência ao culto de Nossa Senhora, que bem caracteriza a tradição católica dos povos latino-americanos, aquêles homens separados pela guerra, mas irmanados pelo sentimento religioso, suspendem os impulsos agressivos e prorrompem em vivas entusiásticos:

VIVA NOSSA SENHORA DO CARMO!

VIVA NUESTRA SEÑORA DEL CARMEN!

Os dois coros opostos passaram a viver cada vez mais alto, à moda de desafio, porfiando um e outro quem emprestaria maior vibração e melhor tonalidade às aclamações.

Foi tal o enlèvo e tal o arrebatamento produzidos ali pela presença da imagem, que cessou de todo a luta enquanto durou a competição de vivas a Nossa Senhora do Carmo. Durante esta trégua espetacular, duas humildes lavadeiras da aldeia do Forte, cujas alcunhas pitorescas a tradição guardou com carinho — Aninha Cangalha e Maria Fuzil — tiveram tempo de descer à beira do rio e apanhar água para os defensores.

Afinal, o soldado desce com a imagem, sem dano algum. Produzira-se a interrupção e o arrefecimento da luta, visados por dona Ludovina. A trégua levou minutos de estupefação, quebrou o ardor da peleja e reavivou a confiança e os brios da defesa. Ora bem, se Nossa Senhora tivera o poder de sustar a luta, a ponto de provocar aplausos dos próprios atacantes, estava fora de dúvida, Ela encontraria uma saída feliz para as aperturas dos defensores, seus protegidos. E não confiaram em vão.

FIM DE JORNADA E INTERRUPÇÃO DO ATAQUE — A fuzilaria recomeça, mas frouxamente. O fascínio daquela ocorrência quebrantara o ardor da luta. Por outro lado, descamba o sol e não havia mais tempo de trazer à frente novo escalão de assalto. O batalhão paraguaio, que participara do assalto, fôra dizimado, esfalfara-se, e não poderia realizar novo esforço. Não restava outra alternativa ao comandante paraguaio se não interromper o ataque e retrair-se sobre a reserva, a fim de montar novo dispositivo de assalto para o dia seguinte, com tropas frescas. A defesa, por seu lado, estava exausta, a munição de infantaria, por assim dizer,

(1) O "Livro Histórico do Forte" e vários autores registram este episódio. O GENERAL MÁRIO BARRETO rememora-o em "Campanha Lopezguaya", 1º vol., pág. 112. Por seu lado, ACHILLES ACHILLEO, em "As Mais Belas Páginas da Pátria Brasileira", narra-o, por miúdo, patéticamente.

esgotada. Não daria sequer para uma hora de fogo. Nem possibilidades havia para refazê-la. Manufaturar mais cartuchos, era praticamente impossível, porque as 70 mulheres do Forte já haviam dado tudo de sua parte. 48 horas fazia que nem dormiam nem repousavam. E o que era ainda mais grave: faltava matéria-prima para renovar a munição para o dia seguinte.

UMA DIFÍCIL CONJUNTURA QUE SE IMPUNHA — A RETIRADA — Selara-se inexoravelmente a sorte da defesa. Ou capitulação incondicional, ou resistência a todo o transe, e, por fim, o esmagamento sistemático. Restava porém, uma terceira solução: tentar a retirada. Esta operação, aliás, por temerária e dificílima, estava votada ao fracasso. Por terra, nenhuma estrada havia, nem era possível enveredar pelo Pantanal, que a esse tempo estava inundado. Por via fluvial, rio acima, uma só embarcação existia para o transporte, a pequena canhoneira Anhambá, ao passo que o comando paraguaio dispunha de barcos numerosos e mais velozes.

Mas, nessa terrível conjuntura, o que parecia impossível foi, na realidade, o que aconteceu. Não, porém, mercê da habilidade e perícia do comandante, mas — pasmem disso os mestres da guerra — pela evidente ação salvífica da Padroeira do Forte. O sigilo da retirada foi realmente facilitado pelas providências de Portocarrero e pela escuridão da noite. Todavia, estes fatores, por si sós, não poderiam justificar a ruptura do contacto e o abandono do Forte, porque a frota paraguaia permanecia vigilante e de fogos acesos. Mais de admirar ainda é o seguinte fato: a nossa pequena canhoneira Anhambá, superlotada de homens e mulheres, ao zarpar do Forte, rio acima, ia sendo arrastada pela correnteza. Foi preciso que o seu comandante, o 1º tenente Balduíno de Aguiar descesse em pessoa à casa das máquinas para ativar o fogo das fornalhas, a fim de que, aumentada a pressão da caldeira, a embarcação ganhasse novas forças. Essa delicada operação, contudo, levou algum tempo, produzindo grande ruído e enormes jactos de fagulhas pela chaminé.

Estes fenômenos acústicos e luminosos, na obscuridade e no silêncio da noite, eram de provocar à atenção das baterias paraguaias assestadas na margem fronteira. Apesar de tudo, o barco brasileiro safou-se impavidamente e nem foi visto pelos vigias paraguaios, nem ouvido o barulho de suas máquinas. Mais ainda. Sómente dia claro, os atacantes perceberam, pela mudez da defesa, que algo de estranho ali acontecera. O novo batalhão de ataque, chegado à distância de tiro, não encontrou resistência nem sinal de alerta. Foi só então que se lhes abriram os olhos à evidência: a guarnição do Forte abalara rio acima, lesta e salva, como peixe escape da rede.

Retirada Feliz! "Milagrosa Retirada", no dizer de Estêvão de Mendonça, em "Datas...", 1º vol., pág. 201. Outro escritor, Achilles de Achiléo, em seu livro citado, declara que ouviu, pessoalmente, de Portocarrero

e dona Ludovina o seguinte: Ao deixarem o Forte, perguntaram-se, admirados, um ao outro:

“Como? Não foi ferido nem morto nenhum brasileiro? E ambos responderam: — Milagres de Nossa Senhora do Carmo!”

A INCOLUMIDADE DOS DEFENSORES — Examinemos agora as circunstâncias em que se deu o ataque. Tratava-se de um velho forte, antiquado, sem casamatas nem abrigos para o pessoal. O recinto, a céu aberto, em rampa ascendente, apresentava-se exposto, como um alvo, às vistas e aos tiros diretos da artilharia atacante. No entanto, desencadecou-se contra élle — único objetivo visado pela artilharia e a infantaria atacantes — todo o peso dos seus canhões e de seus fuzis, durante dois dias. Nada obstante, verificou-se ali uma estranha singularidade. Os tiros da artilharia paraguaia eram curtos ou longos, deixando livre de impactos o recinto do Forte. Ou chegavam, pela frente, até ao embasamento da muralha, ou, ultrapassando o Forte enquistavam nas encostas do morro, ferindo ali suas próprias tropas de assalto. Ou, ainda, por efeitos da deriva, iam escarvar o chão à direita e à esquerda. Nestas estranhas condições de intangibilidade, nem uma só baixa sofreu a guarnição do velho Forte. Não se contou ali um só morto, nem um só ferido, ao passo que as tropas atacantes tiveram 206 baixas, 42 mortos e 164 feridos.

É evidentemente de espantar o confronto dessa espetacular disparidade. Ver-se-á, entretanto, que não ficou nisto a prodigiosa interferência de Nossa Senhora do Carmo em prol dos defensores. Os paraguaios, voltados do estupor que lhes causara a surpreendente evasão dos defensores, lançaram-lhes em perseguição o grosso da frota. Aquêles afortunados, porém, já iam longe. Navegaram os 200 quilômetros que os separavam de Corumbá e ali chegaram incólumes, mas ... encontrando a vila em pânico. A seguir, decidido pelo Comandante das Armas, Coronel Carlos Augusto de Oliveira, o abandono da vila, à mercê dos invasores, a imagem de Nossa Senhora do Carmo, com o escalão de comando do Forte e as 70 heroinas, passaram-se para outra embarcação menor e prosseguiram, sem dano nem vicissitudes, o seu destino para Cuiabá.

A HECATOMBE DE CORUMBÁ — O que, entrementes e depois, aconteceu aos mais retirantes e retardatários, foi de estarrecer. As outras embarcações, zarpadas de Corumbá, inclusive a Anhambá, que conduzia o Coronel Oliveira, Comandante das Armas e seu séquito, foram tenazmente perseguidas, caçadas, abordadas e capturadas pela frota paraguaia, que lhes viera no encalço. Dezenas de foragidos perderam a vida. Levas de refugiados, para salvar-se, embrenharam-se pelo Pantanal. Passaram fome e misérias. Distantes, como estavam, de Cuiabá, tiveram de suportar 2, 3, 4 e 5 meses de longas marchas a pé e duras provações. O Coronel Oliveira, com parte de suas tropas, só pôde chegar a Cuiabá a 6 de março. Outro grupo, em abril. O Capitão Antonio

Maria Coelho, com 300 retirantes, a 12 de maio. O Tenente João de Oliveira Mello, capitaneando uma leva de 400 refugiados, atingiu, por último, a capital da Província, a 30 de maio. Os infelizes, que não conseguiram embarcações em Corumbá para evadir-se, embarafustaram pelas matas, mas, por fim, caíram nas mãos do invasor.

Nessa inominável tragédia, sómente a embarcação que conduziu a imagem de Nossa Senhora do Carmo nada sofreu no decurso da viagem. Lá chegou em Cuiabá no dia 5 de janeiro, sem retardo e sem dano. Foi essa embarcação, digo melhor, foi a própria Padroeira do Forte quem levou a notícia da invasão paraguaia, do ataque ao Forte de Coimbra, do descalabro havido em Corumbá, da perseguição às mais embarcações. A canhoneira Jauru, conduzindo elemento da guarnição e famílias de Coimbra, que zarpara na esteira da embarcação da Virgem, conseguiu também chegar a Cuiabá, mas sómente três dias depois, por causa de entraves da navegação encontrados no percurso.

É, pois, de maravilhar, ante essa geral calamidade, que, só não houve dano, nem detimento, onde estêve presente a imagem da Padroeira do Forte. Únicamente o vapor que a conduziu e o séquito que a acompanhou estiveram livres de azares na perseguição e de retardos na viagem. Indubitavelmente — quem ousará negá-lo? — êste novo prodígio representou mais um sinal carismático da ação salvífica da Padroeira do Forte em favor dos seus protegidos.

A PADROEIRA DO FORTE É RECEBIDA EM TRIUNFO EM CUIABÁ — Não foi, portanto, sem grandes razões, e iniludível reconhecimento, que a população de Cuiabá, em peso, com seu bispo à frente, pés descalços, se decidiu, numa procissão sem igual, transportar a imagem da Padroeira, da igreja de São Gonçalo, junto ao pôrto, para a catedral da cidade. Eis como nô-la descreve Joaquim Ferreira Moutinho, escritor dêsse tempo, testemunha do acontecimento, em seu livro "Notícia sobre a Província de Mato Grosso", pág. 60:

"Foi nesta igreja (de São Gonçalo) que foram recolhidas as imagens do Forte de Coimbra e de Corumbá por ocasião da invasão paraguaia, e que foram conduzidas em procissão solene desde o Pôrto até a igreja matriz, debaixo do pálio, nos braços de S. Exa. Rma., que fêz o trajeto com os pés nus.

"Houve quem afirmasse que vira uma lágrima nos olhos da Santíssima Virgem Protetora de Coimbra. Quanto a nós, cremos firmemente que essa lágrima caíra dos olhos do venerando pastor sobre a face da imagem, o que deu lugar a crer-se que ela chorara.

"Essa procissão, que foi de tôdas as que vimos em Cuiabá, a mais solene, recorda a história mais triste e desoladora da Província, e por isso não é de admirar que tão virtuoso quanto caritativo prelado vertesse prantos sobre a miséria daquela sob cuja guarda não pereceu um só soldado no ataque de Coimbra.

O povo todo, sem exceção de classe, concorreu à igreja, e até famílias acompanharam a Virgem no seu trajeto", de 5 quilômetros de extensão.

CONTRASTES E CONFRONTOS — É evidente, pois, que se produziu algo de miraculoso na série de ocorrências em que estêve presente a imagem da Padroeira do Forte:

- a incolumidade dos defensores nos dois dias de ataque;
- a invulnerabilidade dos retirantes que a acompanharam;
- finalmente, malgrado o descalabro geral em Corumbá e suas funestas decorrências, a chegada da imagem e seu séquito, sem danos, nem retardos, à capital da Província.

Isto, o lado ótimo dos acontecimentos. Mas, em contraposição, as mais embarcações foram abordadas e capturadas pelos perseguidores. Centenares de foragidos, escapes de Corumbá e Albuquerque, sómente puderam chegar a Cuiabá meses depois, à custa de perdas e de sacrifícios sem conta.

De todos os fatos estupendos daqueles dias tenebrosos de dezembro de 1864, e dos funestos meses de janeiro a maio de 65, um, evidentemente, se avantaja e se agiganta, merecendo especial relevância. Esse fato distintivo e altiloquente foi a invulnerabilidade, propiciada por Nossa Senhora do Carmo à guarnição do Forte e aos civis e devotos seus, ante o cheque-mate da poderosa frota paraguaia. A ciência e a lógica não encontraram explicação para essa e as mais maravilhas que se lhe seguiram, porque elas ultrapassam a compreensão humana e a hermenêutica da guerra. E foram tantas e tão estupendas, e tão além das possibilidades humanas, mas tão evidentes e fora de dúvida, que desafiam e ferem a incredulidade dos céticos. Que foram evidentes e reais, basta dizer que elas vivem na tradição mato-grossense e nas páginas do LIVRO HISTÓRICO DO FORTE. Foram narradas por historiógrafos e cronistas, ávidos de novidades daqueles tempos. O próprio historiador alemão, L. Schneider, diz em seu famoso livro, "A Guerra da Tríplice Aliança", 1º vol., pág. 113:

"A evacuação desse forte é um fato curioso para a história militar: 8 navios paraguaios, entre êles 5 vapôres (Rio Branco corrige: "eram 8 vapôres") e algumas chatas, não ouvem, em um ponto tão estreito do rio, o movimento do vapor brasileiro e deixam-no evadir-se com toda a guarnição".

O General Mello Rêgo, governador de Mato Grosso nos fins do Império, escreveu, por seu lado, em "O Forte de Coimbra", Rev. do I. H. B., vol. 67, pág. 113, o seguinte:

"A hesitação, receio, falta de firmeza e de deliberação pronta no modo por que se aveio Bárrios diante de Coimbra

(...), revelam certa preocupação de espírito, uma coisa íntima que dificultava a liberdade de agir" do chefe paraguaio.

Contudo, ainda mesmo que se exclua a presença da imagem nas muralhas do Forte e que se ponham dúvidas aos aplausos resultantes, sob alegação de que as impressões dêstes fatos se perderam com a morte dos participantes; mesmo assim, avulta, por saldo, êste tríplice, poderoso, irrecusável e indisfarçável argumento:

- a incolumidade dos defensores durante os dias do ataque;
- a sua fácil evasão e sua chegada invulnerável a Corumbá;
- a imunidade do séquito da Virgem até Cuiabá.

TESTEMUNHOS E DEPOIMENTOS — Há, aliás, incontestáveis depoimentos de participantes diretos do ataque ao Forte, que se perpetuam nas palavras e em o nome dos seus descendentes. Entre êsses depoimentos distingue-se, acima de todos, o do então Tenente João de Oliveira Mello, alcunhado Mello Bravo, por seu destemor e intrepidez em Coimbra e nos meses da retirada. Muitos anos após aquêles acontecimentos, certa vez, já então General reformado, narrava êle entre amigos os fatos desenrolados em Coimbra. A certa altura da palestra, um dcs presentes o interrompe, e, voltando-se para os demais, aponta Oliveira Mello, por sua bravura, como a alma da defesa do Forte. Neste ponto, o intrépido soldado ergue-se de um salto, como num protesto, e responde formalizado :

"Qual bravura, qual nada! Quem salvou a guarnição do Forte foi Nossa Senhora do Carmo. Esta é a única verdade. Fora disso, tudo é conversa fiada."

Este episódio, passado entre Mello Bravo e seus companheiros de palestra, é notório em Cuiabá. Foi-me êle narrado ali, em 1954, por um dos próprios filhos do herói, o engenheiro Miguel Carmo de Oliveira Mello, chefe da Comissão Construtora da BR 31, em presença do então advogado e hoje tabelião daquela cidade, Dr. Luís Filipe Pereira Leite.

"Tão evidente foi para meu pai (explicou êsse engenheiro) a intervenção de Nossa Senhora do Carmo na salvação e incolumidade da guarnição do Forte, e tal o reconhecimento e a devoção que lhe ficou a dever meu pai, que os transmitiu a todos os filhos, dando a cada um dêles, pelo batismo, o sobrenome de Carmo".

Tôdas estas maravilhas, no entanto, que a distância e o tempo afastam mais e mais do conhecimento das novas gerações e cujas causas e efeitos a ciência humana, por não os poder entender, não alcança e os leva à conta de fortuitos, foram sobejamente vistas pelos participantes e transmitidas por êstes aos seus contemporâneos. Todos deram seu testemunho positivo. Uns porque viram as realidades, outros porque

cuviram que tais maravilhas resultaram da presença ali de uma força invisível, mas atuante, que a todo poder humano ultrapassava. Essa força, êsse poder, sustentavam êles, procedia de Nossa Senhora do Carmo, porquanto foi a Ela que dona Ludovina e a guarnição do Forte recorreram instantemente naqueles momentos de angústia.

Como, pois, duvidá-lo? Como não fazer daqueles fatos miraculosos, vale dizer; como não fazer de sua autora, a excelsa Padroeira do Forte, o objeto de distinção especial, de distinta reverênciia, de exaltação, nas comemorações do próximo centenário daqueles acontecimentos históricos?

Se tal não houvessem de reconhecer, se tal não programassem, mas se as honras fôssem encomendadas sómente para Portocarrero e seus bravos comandados; se sómente a dona Ludovina, às 70 mulheres e aos mais civis coubessem hosanas, certo é, uns e outros se levantariam dos túmulos para repetir o peremptório depoimento de Mello Bravo:

— Esta é a única verdade: — Não foi nenhum poder humano, e sim Nossa Senhora do Carmo, quem salvou a guarnição do Forte e as nossas vidas.

A QUEM PRIMADO, PRIMADO; A QUEM PRIORIDADE, PRIORIDADE; A QUEM HONRA, HONRA, NAS COMEMORAÇÕES DE 1964 — Quando os heróis do Forte vieram, em espírito, a Coimbra, para assistir às comemorações, certamente não se esquivarão às honras que lhes estiverem programadas. Todavia, mais esclarecido do que nós, porque livres já das injunções dêste mundo, hão de conelamar bem a'to que as homensagens e triunfos cabem, por primado e por prioridade — se não com exclusividade — à Nossa Senhora do Carmo, pois foi Ela a autora e protagonista daquela epopéia, não sendo êles mais que simples peças ou compassas da imponente representação.

Não vai nisto, por forma alguma, qualquer sombra de menoscabo à conduta e bravura dos heróis do Forte, nem à galhardia das mulheres, nem tampouco à espontânea e decidida participação dos presos e guaicurus nos azares da defesa. Nada disso. A êles, sem contradita, pertencem honra e glória. Não se lhes regateem, pois, a todos e a cada um, e aos seus rasgos de valor, aplausos e homenagens. Eles evidentemente o merecem, cem por cento. Celebrem-se pois, festas cívicas e militares, as mais calorosas possíveis, em seu louvor. Construa-se, em sua honra, o *Pantheon* comemorativo dos heróis do Forte.

Tenha-se, porém, presente — e aquêles heróis disso deram testemunho — tôda a bravura e tôda a solicitude e tôda a perícia, de uns e outros, em nada impediram a tomada do Forte e a perda de suas vidas. De nada lhes valera a intrepidez se o manto protetor de Nossa Senhora do Carmo, como escudo invisível, não descera sobre êles tornando-os invulneráveis e imunes. Nossa Senhora do Carmo, contudo, Protetora e Mãe, que é, rejubilar-se-á de lhes serem prestadas as melhores honrarias.

EM CONCLUSÃO — Por tudo que se acaba de recordar cabe evidentemente à Nossa Senhora do Carmo, Padroeira do Forte, o primado e a prioridade nas grandes comemorações. Àqueles, seus protegidos, festas, luminárias, honras militares. A ELA, reconhecimento especial, fidelidade, veneração e ações de graças. A ELA, ainda, a ereção de um *santuário* que perpetue, ali, o seu invariável patrocínio à guarnição do Forte e à gente daqueles pagos. A ELA, também, uma *estátua*, no cimo da muralha, tendo por pedestal o soldado Verdexas, segurando bem alto, sobre as palmas das mãos, a SUA imagem veneranda.

A GUERRA ATÔMICA IMPÕE A MOBILIZAÇÃO NACIONAL EM TEMPO EXÍGUO

Ten-Cel RUI ALENCAR NOGUEIRA.
Oficial de EM

Como não podia deixar de ser, em todos os tempos da história da humanidade, a arte da guerra tem vivido das experiências adquiridas nos campos de batalha. Muito embora a imutabilidade dos princípios já estabelecidos e que vêm resistindo ao perpassar dos tempos, os processos modificam-se sob a influência dos conflitos anteriores.

O aparecimento de um novo engenho, entretanto, constitui sempre uma surpresa, deixa perplexos os espíritos menos avisados e assusta a humanidade inteira, que não se detém num exame mais minucioso do problema. Alardeam-se, então, notícias que tendem para o exagero e admite-se a completa destruição do gênero humano. Supõe-se não mais ser possível fazer face a tão mortífero engenho que, pelas suas características, porá um ponto final nas guerras.

Assim foi no aparecimento da pólvora; tal sucedeu às armas raiadas, de maior alcance. Quem poderia lutar contra as terríveis metralhadoras? E contra os blindados? Que dizemos das pesadas fortificações? E as perigosas bombas — de todos os tipos, inclusive gelatinosas, usadas pela aviação? E os gases de combate? E os lança-chamas? Quem não se recorda da sub-reptícia atuação dos submarinos? E as misteriosas minas, a explodirem por toda parte?

Se isto não bastasse, ao fim da última guerra, surgiu a apavorante bomba atômica, correspondendo, simultaneamente, ao fragor de algumas toneladas de dinamite, porém oferecendo resultados mais catastróficos.

Daquela época até o presente, inúmeros foram os seus aperfeiçoamentos, maior é a previsão do poder destruidor dos engenhos nucleares e termonucleares, sem que, entretanto, tenham sido tratados como uma arma de guerra, de uso corrente.

Eis porque, diante desta previsibilidade aterradora, a humanidade está debatendo-se numa terrível interrogação: haverá a tão propalada destruição total? Não existirão, por acaso, os meios de defesa contra estes mortíferos engenhos?

Servindo-se, apenas, dos ensinamentos obtidos na última guerra e das experiências dos campos de provas, é natural que não seja possível aos estudiosos afirmar quais os melhores processos de defesa e de salvação da espécie humana.

Entretanto, baseados nos conhecimentos técnicos e científicos existentes, devemos compreender que nem tudo está perdido, nem será aconselhável cruzarmos os braços, derrotados prematuramente, à espera do momento fatal.

Primeiramente, urge envidarmos todos os esforços no sentido de manutenção da verdadeira paz, consubstanciada nos princípios democráticos e cristãos, capazes de assegurar a perfeita valorização da criatura humana, através da aceitação do sentido espiritual da vida, sem misticismos e fantasias, mas, ao contrário, dentro da realidade insofismável do mundo contemporâneo.

A seguir, precisamos congregar os recursos ao nosso alcance, entre todas as camadas sociais, a fim de realizar o planejamento da defesa contra aquilo que — a uma só voz — é admitido como instrumento de destruição total.

Uma vez aceita a instantaneidade do funcionamento dêstes meios, é lógico consideremos, forçosamente, a necessidade da rápida mobilização dos nossos recursos disponíveis, visando salvar quanto nos seja possível.

Por outro lado sabemos que, conforme sempre aconteceu em todos os tempos, o emprêgo das armas de grande potência de fogo serve para abrir caminho, neutralizar resistências ou imobilizar prematuramente os defensores, favorecendo o avanço dos atacantes, sob condições favoráveis, para a ocupação do terreno.

Não serão diferentes os métodos ofensivos de um futuro conflito, pois é curial que, enquanto a infantaria aguerrida não põe o pé no terreno e consolida a posse do objetivo conquistado, não está assegurada a vitória.

Evitando exemplos distantes no tempo, lembramos a "batalha aérea da INGLATERRA", que não pôde ser derrotada pelos nazistas e a campanha do JAPÃO, que também exigiu pesado ônus dos aliados, para a conquista definitiva das inúmeras ilhas, defendidas palmo a palmo. Não fôsse a surpresa causada pela bomba atômica, além de outras derrotas nas frentes nipo-fascista e estivessem os espíritos mobilizados para resistir com vigor, certamente outra teria sido a evolução da guerra passada.

Impõe-se, portanto, um trabalho específico de mobilização nacional, no sentido da nossa defesa, à vista da instantaneidade do funcionamento dos engenhos nucleares, sob pena de ficarmos impossibilitados de superar as fragilidades no nosso sistema, porque a improvisação — muito do nosso agrado — não terá cabimento.

Os povos amantes da paz, por tradição e por sentimento, no mundo hodierno, não ficarão imunes às possibilidades de agressão das outras nações. Impõe-se sejam tomadas providências e que todos estejamos convencidos da necessidade de podermos mobilizar rapidamente os recursos ao nosso alcance, no quadro da segurança nacional.

Antes de mais nada, esta mobilização principiará pela nossa completa e perfeita integração aos ideais democráticos, firmando em nosso espírito a convicção de que, através do regime de governo escolhido para o nosso país, com a cooperação de todos os brasileiros, conseguiremos a felicidade do povo e o bem estar geral.

Porém, da mesma forma, é indispensável nos convencermos do nosso dever de acorrermos imediatamente ao chamado da Pátria, sem tergiversação ou delongas, na defesa do nosso patrimônio, se formos agredidos impiedosamente.

O Brasil já foi chamado — e muito bem — o “coração do mundo e a Pátria do Evangelho” caracterizando, com isto, realmente, o espírito crdeiro, pacífico e cristão da nossa gente.

Entretanto, o nosso coração está sempre protegido pela contestura do nosso peito, que servirá de escudo na defesa dos sagrados princípios que esposamos e o nosso cérebro também está contido na resistente calota craniana a fim de nos permitir um raciocínio justo e perfeito, indicando-nos, em qualquer caso, o roteiro de brasiliade que nos compete seguir nesta quadratura da vida.

BANCO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO S. A.

FUNDADO EM 1923

OITENTA AGÊNCIAS A SERVIÇO DO BRASIL!!!

Matriz — Rua Álvares Penteado, 216 — São Paulo

----- A G E N C I A S -----

NA CIDADE DE SÃO PAULO: Alto da Mooca, Ana Rosa, Augusta, Aurora, Barão de Limeira, Bom Retiro, Ipiranga, Jabaquara, Major Sertório, Marechal Deodoro, Nova Conceição, Paula Souza, Rangel Pestana, Rubino de Oliveira, Santo Amaro, Sete de Abril e Tatuapé.

NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: Agudos, Andradina, Araçatuba, Bauru, Birigui, Bonfim (Campinas), Campinas, Catanduva, Cedral, Garça, Getulina, Guararapes, Guarulhos, Jundiaí, Lins, Mairília, Mirandópolis, Mirassol, Monte Aprazível, Neves Paulista, Oswaldo Cruz, Panápolis, Pirajuí, Promissão, Rudge Ramos, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Carlos, São José dos Campos, São José do Rio Preto, Sorocaba, Tupã, Urupe, Utinga e Valparaíso.

NO ESTADO DO PARANÁ: Andirá, Apucarana, Arapongas, Assaí, Astorga, Bandeirantes, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Cianorte, Cornélio Procópio, Curitiba, Ibirapuã, Jaguapitã, Jandaia do Sul, Londrina, Mandaguacu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Nova Esperança, Paranaguá, Paranavaí, Rolândia, Santo Antônio da Platina, Sertanópolis e Umuarama.

NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: Central — Rua 7 de Setembro, 43 e Copacabana — Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 836.

CARVÃO-DE-PEDRA NACIONAL — SITUAÇÃO E PERSPECTIVA (*)

CARLOS BERENHAUSER JUNIOR

1 — Generalidades

O ilustre professor da Sorbonne, Pierre George, inicia o prefácio de sua magnífica obra *Geografia da Energia*, com as seguintes palavras :

“A produção e a utilização de energia constituem condições técnicas fundamentais da produção em geral e do progresso da sociedade humana. De sua importância depende a aptidão dos diversos grupos humanos de produzir o necessário ao seu sustento e de assegurar a sua independência econômica e política”.

O carvão-de-pedra, que era a fonte tradicional de combustível industrial desde os primórdios do século XIX, passou a sofrer a competição cerrada por parte do petróleo e do gás natural como mostra o Quadro I, sem no entanto perder sua decisiva importância em certas aplicações e em certas regiões mundiais que abrigam reservas imensas.

É necessário esclarecer que a reserva energética representada pelos combustíveis fluidos (óleo cru e gás natural) é muito inferior a do carvão mineral, conforme se pode constatar pelos seguintes dados transcritos da monografia *O Problema do Carvão Catarinense*, do Gen. Oswaldo Pinto da Veiga e que foram colhidos em trabalho da Comissão Americana de Energia Atômica :

Carvão 2730×10^9 toneladas de carvão

Gás Natural 288×10^9 " " "

Petróleo 23×10^9 " " "

O grosso dessas reservas de combustíveis fósseis encontram-se no hemisfério setentrional do globo terrestre.

(*) Transcrição da “Carta Mensal”, da Confederação Nacional do Comércio, número de Jan/Fev 63.

QUADRO I

Produção Mundial dos Principais Combustíveis Minerais
Milhões de toneladas, equivalentes em carvão-de-pedra

ANOS	CARVÃO-DE-PEDRA E LINHITO	PETRÓLEO BRUTO	GÁS NATURAL
1913	1256	80	27
1920	1237	148	35
1929	1401	308	86
1938	1301	419	117
1946	1300	562	198
1950	1551	698	317
1955	1780	1180	430
1966	2120	1580	700

FONTE : *Quaderni di Studi e Notizia da Societa Edison*, de Milano, Itália.

Os países maiores produtores de carvão-de-pedra foram, em 1958 : União Soviética (547 milhões de toneladas), Estados Unidos da América (432 milhões de toneladas), a China continental (270 milhões de toneladas), a Grã-Bretanha (242 milhões de toneladas), a Alemanha Ocidental (250 milhões de toneladas) e a Alemanha Oriental (240 milhões de toneladas, principalmente linhito). São também nesses países que se encontram as maiores reservas hulheiras do mundo. Isso revela que o carvão, em geral, é utilizado mais próximamente do seu local de extração, ao contrário do petróleo que suporta transportes extensos, em busca de mercados, como é o caso das produções do Médio Oriente (25,1% do total em 1960) e Venezuela (14,4% do total no mesmo ano).

Localizam-se no Sul do Brasil todas as reservas exploráveis de carvão mineral atualmente conhecidas. A formação é permocarbonífera; os tipos são em geral sub-betuminosos. Essas jazidas começam em Itapetininga, Estado de São Paulo, atravessam o Paraná e Santa Catarina, afloram no rio Negro e Candiota no Rio Grande do Sul, penetrando em seguida no Uruguai.

As nossas reservas de carvão-de-pedra são modestas, se comparadas com as de outras regiões do Hemisfério Norte, onde se encontram as maiores jazidas do mundo.

Segundo as mais recentes estimativas oficiais as reservas nacionais são as seguintes :

Paraná	30	milhões de toneladas	—	1,8%
Santa Catarina	1170	"	"	— 69,7%
Rio Grande do Sul	489	"	"	— 28,5%
1680 milhões de toneladas				— 100,0%

A qualidade dos carvões brasileiros é medíocre; sua mineração é difícil e onerosa; seu beneficiamento é complexo e dispendioso.

O único carvão brasileiro coqueificável é o de Santa Catarina, de sorte que sua exploração aumentou com a entrada em serviço da Usina Siderúrgica de Volta Redonda.

A posição excêntrica das principais jazidas de carvão nacional (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), em relação às mais importantes regiões manufatureiras do país, criou um problema sério que é o seu transporte para os locais de maior consumo.

Salvo as ocorrências nos três Estados sulinos, e alguns remanescentes em São Paulo, não se tem conhecimento de carvão mineral, a que se possa atribuir importância comercial, em outras regiões do Brasil.

A produção e o consumo do carvão nacional foram reguladas, em grande escala, pela Lei n. 1.886, de 11 de junho de 1953, que criou o primeiro Plano de Carvão, com vigência até 1957 e depois prorrogada até 1960.

A Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional (CEPCAN) foi também criada por aquela lei. Lutou, todavia, com grande falta de recursos e muitas dificuldades tiveram que ser afastadas.

Sómente a Lei n. 3.860, de 24 de dezembro de 1960, é que permitiu reestruturar, em moldes adequados, o Plano do Carvão Nacional. A ela será feita referência posterior.

2 — Reservas

2.1 — Paraná

Segundo estudos do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), as reservas se concentram nos campos carboníferos do Rio das Cinzas e do Rio do Peixe. Todavia, são pequenas, da ordem de 30 milhões de toneladas. O Distrito de Cambuí, no Rio do Peixe, é o que permite melhor utilização.

O carvão paranaense é o que apresenta melhores características, mas não pode ser usado na siderurgia por conter grande teor de enxófure orgânico.

2.2 — Santa Catarina

A faixa carbonífera de Santa Catarina, numa extensão de 70 km por cerca de 10 km de largura, apresenta-se seguindo a direção geral N-S, entre a Serra Geral, a Oeste, e a Serra do Mar, a Leste.

Depois de aperecer em Bom Retiro, ressurge em Lauro Müller, Urussanga, Treviso, Siderópolis, Cocal, Criciúma, Içara e Araranguá.

Dois, dos 5 horizontes carboníferos, apresentam significação econômica para a siderurgia :

Irapuá — com uma reserva de 10 milhões de toneladas;

Barro Branco — com uma reserva de 900 milhões de toneladas.

2.3 — Rio Grande do Sul

No Estado do Rio Grande do Sul, a faixa carbonífera se estende desde as proximidades de Gravataí, rumando na direção de Charqueadas, São Jerônimo, Arroio dos Ratos, Butiá, Leão e também na de Rio Pardo e Cachoeira do Sul, seguindo na direção de São Sepé, Rio Negro e Candiota, Bagé e penetrando depois no Uruguai.

Dos 3 Estados, o Rio Grande é o que possui hulha de pior qualidade, contudo ganha grande importância para emprêgo como combustível nas centrais termoelétricas, de vez que o Rio Grande do Sul não conta com recursos hidráulicos muito importantes.

Os principais campos gaúchos são assim avaliados :

Butiá	30	milhões de toneladas
Charqueadas	100	" " "
Leão	30	" " "
Bacia do Iruí	270	" " "
Candiota	30	" " "
Outras	20	" " "
S O M A	480	Milhões de toneladas

3 — Evolução da Produção Brasileira

A produção brasileira de carvão mineral, em determinados anos, é indicada no quadro II.

QUADRO II

Produção Brasileira de Carvão-de-Pedra

TONELADAS

Anos	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	R. G. do Sul	Total
1925	—	—	85.197	306.682	391.879
1930	—	3.000	46.409	335.739	385.148
1935	—	—	150.888	689.200	840.088
1940	2.773	2.773	265.638	1.065.488	1.336.301
1945	19.002	98.343	815.678	1.139.858	2.073.881
1949	—	113.325	1.125.908	889.625	2.128.858
1950	—	98.717	1.005.174	854.758	1.958.649
1955	—	74.903	1.325.512	948.297	2.348.712
1956	—	73.284	1.326.452	885.906	2.285.642
1957	—	88.184	1.245.791	782.221	2.116.196
1958	—	92.941	1.406.079	703.481	2.202.501
1959	—	55.894	1.436.398	632.026	2.124.318
1960	—	74.534	1.439.434	645.543	2.159.511

FONTE : CPCAN.

A produção em São Paulo só se verificou entre 1940 e 1948, alcançando o máximo durante a 2^a Grande Guerra, em 1943, com 28.791 toneladas.

A extração no Paraná está a cargo de 6 empresas, sendo a mais importante a Cia. Carbonífera de Cambuí que, em 1960, lavrou 43.566 toneladas do total de 74.534.

A mineração em Santa Catarina, em 1960, estava a cargo de 20 empresas, sendo que as com produção de mais de 100.000 toneladas foram as seguintes :

Cia. Siderúrgica Nacional	197.670	toneladas
Cia. Carbonífera Metropolitana	141.678	"
Soc. Carbonífera Próspera	282.710	"
Carbonífera Treviso S. A.	161.299	"
Mineração Geral do Brasil Ltda.	112.974	"
Cia. Nac. Mineração Barro Branco	152.307	"

No Rio Grande do Sul, a produção no ano de 1960, se distribuiu da seguinte forma :

CADEM	583.655	toneladas
Dept. Autônomo de Carvão Mineral	54.278	"
São Vicente	8.311	"
	646.264	

4 — Tendência do Consumo do Carvão Nacional

O consumo do carvão brasileiro, nos anos de 1954, 1957 e 1960, pelas principais categorias é indicado no Quadro III.

QUADRO III

Consumo do Carvão Brasileiro em Certos Anos por Categoria

CATEGORIA	1954		1957		1960	
	Mil ton.	%	Mil ton.	%	Mil ton.	%
Estrada de Ferro	802.	50,3	695.	47,4	339.	26,7
Navegação	93.	5,8	59.	4,0	24.	1,8
Metalúrgica	277.	17,4	265.	18,1	396.	31,1
Termoelectricidade	358.	22,4	379.	25,9	438.	34,2
Produção de Gás	14.	0,9	55.	3,8	59.	4,6
Ind. e Fins Div.	51.	3,2	13.	0,8	20.	1,6
TOTAL	1.595.	100,0	1.466.	100,0	1.276.	100,0

FONTE : CPCAN.

Com a "dieselização" das estradas de ferro e o aumento crescente do consumo de óleo diesel combustível na navegação, tem caído nos últimos anos o consumo do carvão nacional nessas duas atividades que, em 1954, ainda figuravam com mais da metade do consumo, ao passo que, em 1960, essa proporção caiu para quase 25% do total.

Em 1960, a termoelectricidade e a metalurgia consumiram, em conjunto, 65,3% do total, quando, em 1954, a participação era apenas de 40%.

Nos quadros IV, V e VI, é mostrada a modificação do consumo do carvão catarinense, gaúcho e paranaense pelas principais classes consumidoras.

QUADRO IV

Modificação do Consumo de Carvão de Santa Catarina
pelas principais categorias

CATEGORIA	1954		1957		1960	
	Mil ton.	%	Mil ton.	%	Mil ton.	%
Estradas de Ferro	344	46,6	332	42,7	210	26,2
Navegação	42	5,7	43	5,6	15	1,9
Metalurgia	277	37,6	265	24,1	396	49,5
Termoelectricidade	52	7,0	83	10,6	119	14,8
Produção de Gás	2	0,3	53	6,8	58	7,2
Ind. e Fins Div.	21	2,8	2	0,2	2	0,4
TOTAL	738	100,0	778	100,0	800	100,00

FONTE: CPCAN.

Observando o Quadro IV, verifica-se que está caindo cada vez mais o consumo pelas estradas de ferro e pela navegação. Praticamente a Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, que serve o Sul Catarinense, é a única que ainda consome carvão mineral.

O consumo do carvão catarinense evolui decisivamente para a siderurgia, termoelectricidade e produção de gás.

QUADRO V

Modificação do Consumo do Carvão Rio Grandense
pelas principais categorias

CATEGORIA	1954		1957		1960	
	Mil ton.	%	Mil ton.	%	Mil ton.	%
Estradas de Ferro	406	50,8	288	47,5	86	21,1
Navegação	50	6,3	15	2,5	—	—
Metalurgia	—	—	—	—	8	2,0
Termoelectricidade	307	38,4	292	48,2	317	76,0
Produção de Gás	12	1,5	2	0,4	1	0,3
Ind. e Fins Div.	24	3,0	9	1,4	3	0,6
TOTAL	799	100,0	606	100,0	415	100,0

FONTE: CPCAN.

A utilização do carvão gaúcho modificou-se drásticamente nesses últimos anos. As estradas de ferro (especialmente a Rêde Viação Férrea do Rio Grande do Sul) e a navegação deixaram de ser os principais consumidores. O volume de produção em 1960 quase caiu à metade do verificado em 1954.

O grande consumidor passou a ser a termoelectricidade, já que o carvão do extremo Sul não é coqueificável, como no caso de Santa Catarina, onde a utilização se distribuiu mais adequadamente.

O consumo do carvão paranaense pelas principais categorias é indicado no Quadro VI.

QUADRO VI

Modificação do consumo do carvão do Paraná nos últimos anos

CATEGORIA	1954		1957		1960	
	Mil ton.	%	Mil ton.	%	Mil ton.	%
Estradas de Ferro	53	90,0	74	90,9	43	70,7
Navegação	—	—	—	—	—	—
Metalurgia	—	—	—	—	—	—
Termoelectricidade	—	—	5	5,9	3	4,9
Produção de Gás	—	—	—	—	—	—
Ind. e Fins Div.	6	10,0	3	3,2	15	24,4
TOTAL	59	100,0	82	100,0	61	100,0

FONTE: CPCAN.

O grande consumidor do carvão paranaense tem sido as estradas de ferro, mas esse consumo está diminuindo em vista da tendência cada vez maior de usar locomotivas com motores diesel.

Brevemente deverá aumentar bastante o consumo pelo setor de energia elétrica com a entrada em serviço da usina termoelétrica de Figueira (2 unidades de 100.000 KW). Há, todavia, receio de que a produção de carvão no Paraná, pelo menos no início, não seja suficiente para alimentar essa usina, tanto que a segunda caldeira está sendo equipada com queimadores de óleo combustível.

5 — Tendência do consumo do carvão importado

O Brasil tem continuado a importar uma quantidade substancial de carvão mineral, mas a sua utilização tem-se modificado bastante como poderá ser notado no quadro VII.

QUADRO VII

Modificação do Consumo do Carvão Importado

CATEGORIA	1954		1957		1960	
	Mil	ton.	Mil	ton.	Mil	ton.
Estradas de Ferro	103	11,4	80	8,2	—	—
Navegação	44	4,8	61	6,2	—	—
Metalurgia	413	45,5	503	51,9	616	66,4
Termoelectricidade	2	0,2	—	—	—	—
Produção de Gás	315	34,8	312	32,2	312	33,6
Ind. e Fins Div.	30	3,3	15	1,5	—	—
TOTAL	907	100,0	971	100,0	928	100,0

Verifica-se, assim, que atualmente o carvão importado se destina especificamente aos setores da metalurgia e da produção do gás, tendo cessado inteiramente sua utilização para outros fins como ainda acontecia há poucos anos.

6 — A Lei n. 3.860/60

A Lei n. 3.860, de 1960, teve por objetivo :

“coordenar as atividades relacionadas com o carvão mineral, a fim de ampliar-lhe, de modo econômico, a produção, incrementar e racionalizar o seu consumo, de forma a melhor aproveitá-lo como redutor, combustível e matéria-prima”.

Os recursos financeiros para executar o Plano correspondem a 1,5% da renda tributária da União.

O tempo de vigência do Plano é de 10 anos, a partir de 1961.

Os recursos a serem gerados pela incidência na renda tributária da União foram avaliados, na época da promulgação da lei em 30 bilhões de cruzeiros, para o decênio 1961-1970. Na verdade serão muito mais importantes, pois que a renda tributária, em anos futuros, será bem maior do que poderia ser avaliada em 1960. Todavia, a inflação talvez ainda seja mais pronunciada do que o crescimento da própria renda tributária.

Será importante assinalar que 1/3 dos recursos previstos serão destinados à participação no financiamento ou na construção de usinas termoelétricas, linhas de transmissão e subestações.

A Lei n. 3.860/60, tendo presente a tendência do consumo do carvão de pedra nacional, anteriormente focalizado nesse trabalho, estabeleceu sua utilização nos seguintes campos principais :

- 1) Como combustível — nas centrais termoelétricas;
- 2) Como redutor — na siderurgia;
- 3) Como matéria-prima — nas indústrias químicas, farmacêuticas e de fertilizantes.

7 — Utilização do carvão nacional na produção de eletricidade

As usinas termoelétricas em funcionamento e em construção são relacionadas a seguir :

7.1 — Paraná

Usina Termoelétrica de Figueira

- a) Potência inicial — 20.000 KW (2 X 10.000 KW);
- b) Local — Figueira, Município CURIÚVA;
- c) Iniciativa — Governo Federal (CEPCAN) — Governo Estadual;
- d) Situação — Deverá operar no 2º semestre de 1962;
- e) Combustível a utilizar — carvão pulverizado com 37% de cinza e 4.250 calorias.

7.2 — Santa Catarina

1. Usina da Companhia Siderúrgica Nacional

- a) Potência — 27.000 KW;
- b) Local — Capivari-de-Baixo, Município de Tubarão;
- c) Propriedade da CSN;
- d) Situação — em operação normal, abastecendo o litoral catarinense;
- e) Combustível — carvão fino de 31% de cinza e 5.500 calorias

2. Sociedade Termoelétrica de Capivari — SOTELCA

- a) Potência inicial — 100.000 KW (2 X 50.000 KW);
- b) Local — Capivari-de-Baixo, Município de Tubarão;
- c) Iniciativa — Governo Federal (CEPCAN); Governo Estadual, Companhia Siderúrgica Nacional, Particulares;
- d) Situação — Em construção : 1ª unidade em fins de 1963 (previsão); 2ª unidade em fins de 1964 (previsão).

7.3 — Rio Grande do Sul

1. Usina Termoelétrica de Pôrto Alegre

- a) Potência instalada — 20.000 KW;
- b) Local — Pôrto Alegre;
- c) Iniciativa — Emprêsa local, encampada pelo Governo Estadual através da CEEE;

- d) Situação — em operação;
- e) Combustível — carvão oriundo da usina de Charqueadas.

2. *Usina Termoelétrica de São Jerônimo*

- a) Potência instalada — 20.000 KW;
- b) Local — São Jerônimo;
- c) Iniciativa — Governo do Estado através da CEEE;
- d) Situação — Carvão oriundo da usina de Charqueadas.

3. *Usina Termoelétrica de Charqueadas*

- | | |
|-------------------------|------------|
| a) Potência instalada — | 54.000 KW |
| A instalar — | 18.000 KW |
| Ampliação prevista — | 100.000 KW |

172.000 KW

- b) Local — Charqueadas, município de S. Jerônimo, ao lado do poço de extração do carvão;
- c) Iniciativa — Privada. Atualmente sob controle do BNDE;
- d) Situação — em operação 3 unidades de 18.000 KW; 1 unidade de 18.000 KW em 1963; ampliação de 2 unidades de 50.000 KW em 1966;
- e) Combustível — carvão local, pulverizado, com o mínimo de 2.800 calorias.

4. *Central Termoelétrica de Candiota*

- a) Potência — 20.000 KW (2 X 10.000 KW);
- b) Local — Candiota, no lado da mineração a céu aberto;
- c) Iniciativa — Governo Federal (DNEF e CEPCAN);
- d) Situação — A usina entrou em funcionamento no 2º semestre de 1961;
- e) Combustível — Carvão de mineração a céu aberto de Candiota.

7.4 — *Estado da Guanabara*

Usina Termoelétrica da CHEVAP

- a) Capacidade inicial — 150.000 KW (2 X 75.000 KW);
- b) Local — Santa Cruz, Guanabara;
- c) Iniciativa — Governo Federal, Governo da Guanabara, Governo de São Paulo, Companhia Siderúrgica Nacional e E. F. C. Brasil;
- d) Situação — Equipamento em fase de compra; operação em fins de 1965;
- e) Combustível — Carvão pulverizado de Santa Catarina (tipo SOTELCA) e óleo combustível.

8 — *Produção de carvão para fins siderúrgicos*

O crescimento da produção de lingotes de aço nas usinas siderúrgicas brasileiras, à base de coque de carvão, é indicado no Quadro VIII.

QUADRO VIII

Crescimento da Produção Siderúrgica a Coque

1.000 TONELADAS

EMPRÉSAS	1962	1963	1964	1965	1966
Cia. Siderúrgica Nacional	1250	1250	1250	1250	1250
Mineração Geral do Brasil	—	50	50	50	50
Cosipa	—	250	400	550	550
Usiminas	80	450	500	550	550
Ferro e Aço de Vitória	—	—	—	120	120
	1330	2000	2250	2520	2520

FONTE: O Problema do Carvão Catarinense — Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 1961 — com a necessária atualização.

A projeção da demanda de carvão metalúrgico nacional e estrangeiro, é indicada no Quadro IX, admitida a relação de 0,9 tonelada de carvão por tonelada de lingote de aço.

QUADRO IX

Projeção das Necessidades de Carvão Metalúrgico

1.000 TONELADAS

ANO	Produção de Lingotes de aço	Total	Nacional 40%	Importado 60%	Valor do carvão em milhões de dólares
1962	1330	1200	480	720	12,2
1963	2000	1800	720	1080	18,4
1964	2250	2000	800	120	20,4
1965	2520	2200	880	1320	22,5
1966	2520	2200	880	1320	22,5

FONTE: O Problema do Carvão Catarinense — Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 1961 — com a necessária atualização.

Para fazer frente a êsses consumos crescentes de carvão metalúrgico, que terá de proceder do Estado de Santa Catarina, cujo carvão é o único capaz de produzir coque metalúrgico, a situação é indicada no Quadro X.

QUADRO X
Projeção da Produção do Carvão Catarinense
TONELADAS

ANO	Carvão Lavador	Carvão Metalúrgico	Carvão va- por de uso local	Rejeito Piritoso
1962	1.300.000	550.000 (43%)	300.000 (23%)	390.000
1963	1.800.000	800.000 (45%)	450.000 (25%)	550.000
1964	1.900.000	850.000	575.000	575.000
1965	2.100.000	950.000	525.000	625.000
1966	2.100.000	950.000	525.000	625.000

FONTE: O Problema do Carvão Catarinense — já citado — com a devida atualização.

A recuperação de carvão metalúrgico de 42% em 1962 e 45% a partir de 1963, segundo o excelente trabalho de que muitas vêzes nos socorremos, da autoria do Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, atual vice-Presidente da C. S. N., é perfeitamente viável em virtude dos aperfeiçoamentos introduzidos no lavador de carvão de Capivari-de-Baixo, de propriedade da C. S. N.

9 — O Problema do Carvão Catarinense

Em Santa Catarina a produção crescente de carvão metalúrgico cria um sério problema para o consumo do carvão-vapor de uso local que é subproduto natural do beneficiamento do carvão catarinense. Não existe ainda consumo adequado para esse carvão secundário, que terá portanto de ir-se acumulando como mostra o Quadro XI.

QUADRO XI
Carvão-de-vapor para uso local
MERCADO

ANO	Produção	Disponi- bilitade	UTE CSN	SOTELCA	Estoque em 31/12
1962	300.000	300.000	150.000	—	150.000
1963	450.000	600.000	150.000	—	450.000
1964	465.000	925.000	90.000	110.000	725.000
1965	525.000	1.250.000	90.000	135.000	1.025.000
1966	525.000	1.250.000	90.000	240.000	1.220.000

FONTE: O Problema do Carvão Catarinense — já citado — com a devida atualização.

A partir de 1966, a Usina da CHEVAP, na Guanabara, deverá consumir à razão de 250.000 toneladas por ano do carvão tipo SOTELCA, o que melhorará bastante a situação, mas não a resolverá ainda. De fato, a produção siderúrgica deverá aumentar progressivamente, à razão de 250.000 toneladas anuais a partir de 1966, o que imporá uma extração adicional de carvão tipo lavador.

10 — Solução para o excesso de carvão-de-vapor catarinense

A atual situação de subconsumo do carvão-de-vapor em Santa Catarina, mesmo com a entrada em serviço das 2 primeiras unidades de 50 MW da SOTELCA, levará a buscar soluções para normalizar o problema, permitindo, assim, a produção de quantidade adequada de carvão metalúrgico, em benefício de uma substancial economia de divisas para o país.

Nas presentes circunstâncias, a mineração do carvão bruto, conhecido por tipo lavador, não poderá exceder de 1.400.000 toneladas anuais; do contrário se acumularão quantidades inaceitáveis do chamado carvão-de-uso-local, pois não haverá mercado para ele e dessa forma representará um investimento imobilizado imenso para a C. S. N. (atualmente superior a 2 bilhões de cruzeiros).

Entre as soluções preconizadas para o problema do carvão catarinense, a primeira delas será alcançada com a utilização de 250.000 ou talvez 400.000 toneladas de carvão tipo vapor pela usina termoelétrica da CHEVAP no Estado da Guanabara, cujo início de operação é previsto para 1966.

A segunda solução será aumentar progressivamente a capacidade instalada da usina termoelétrica da SOTELCA para venda da produção em excesso fora mesmo de Santa Catarina. Esta solução será conseguida com a interligação do Sistema da SOTELCA ao da região Centro-Sul do país, em Curitiba, para onde convergerá uma linha de transmissão de 220 KV procedente dos aproveitamentos hidrelétricos do Rio Paranaíba no sul do Estado de S. Paulo. Estes aproveitamentos já estão interligados com as grandes usinas geradoras da região Centro-Sul através da Subestação de Botucatu, no Estado de S. Paulo, há pouco inaugurada.

A terceira solução será conseguida com a entrada em serviço da usina eletro-siderúrgica no Sul de Santa Catarina (SIDESC), já citada pela Lei n. 4.122, de 27 de agosto de 1962. A capacidade da usina foi fixada em 135.000 toneladas de gusa, prevendo-se a instalação de 2 fornos tipo "Tysland Hole". O consumo anual de eletricidade será da ordem de 350 milhões de KWH cuja geração exigirá, pelo menos, a instalação de mais uma unidade de 50 MW na usina da SOTELCA. O consumo adicional de carvão tipo vapor será da ordem de 280.000 toneladas por ano.

A quarta solução, embora não importe no aumento significativo da produção de eletricidade, mas que terá grande significado para reduzir

o custo de todos os tipos de carvão, será a utilização da pirita (sulfeto de ferro), contida em alta escala no carvão bruto e que é retirada no processo de beneficiamento do lavador da C. S. N., instalada em Capivari-de-Baixo. Duas toneladas de pirita equivalem a uma de enxôfre. Esta solução, que também já está estudada, permitirá a produção dos seguintes produtos :

Ácido sulfúrico	55.000 t/ano
Ácido forfórico	32.000 t/ano
Superfosfato triplo	55.000 t/ano
Adubos compostos (N-P-K)	100.000 t/ano

Vale recordar que não existem no Brasil depósitos de enxôfre, cuja importação se realiza à razão de 1.000 t/ano, especialmente dos Estados Unidos, com uma despesa anual em divisas da ordem de 3 milhões de dólares.

O aproveitamento das piritas residuais da lavagem do carvão ainda não foi realizado pelo fato de exigir investimentos grandes e o preço do enxôfre assim obtido não poder competir com o do enxôfre importado. Tratando-se, todavia, de uma produção tão importante para o complexo industrial brasileiro, considerando que esse metalóide é um dos sustentáculos da indústria química, além de ser um material estratégico de primeira linha para o Brasil, há de prever-se que o aproveitamento das piritas resultantes da lavagem dos carvões catarinenses, acabará se tornando em uma imperiosa necessidade para a economia e a segurança nacionais.

11 — O Problema do carvão sul-rio-grandense

No Rio Grande do Sul a situação se agrava. Não há possibilidade de produzir um tipo metalúrgico coqueificável e de obter um melhor preço capaz de absorver em parte o custo da operação de beneficiamento.

O emprêgo dos carvões sul-rio-grandenses exige, portanto, uma solução baseada no consumo local em larga escala. Para tanto, será necessário adotar novos processos de mineração e beneficiamento capazes de obter dois tipos, sendo um deles mais nobre para utilizar em indústrias eletroquímicas e o outro, o tipo residual, que será queimado em centrais termoelétricas, instaladas junto dos pontos da extração ou de eventual beneficiamento.

A recente constituição de "Aços Finais Piratini S. A.", usina siderúrgica que adotará um processo sueco (Hoganas), com base em carvões não coqueificantes, utilizando-se para a fabricação de aços finos a esponja de ferro. Representa essa usina o primeiro grande consumidor do tipo mais nobre do carvão, ao passo que a usina termoelétrica de Chaqueadas, cujas 3 unidades de 18 MW entraram em serviço no 1º semestre de 1962, consumirá o carvão residual do processo de tratamento, ao mesmo tempo

que fornecerá parte da energia elétrica produzida à própria usina siderúrgica. Para isso, será instalada brevemente a quarta unidade de 13 MW, e já se prepara a ampliação da usina mediante a montagem de mais duas unidades de 50 MW.

Esses dois empreendimentos representam o início de uma política racional de aproveitamento dos carvões sul-rio-grandenses.

12 — Conclusões

Do exposto podem-se formular algumas conclusões :

12.1 — A utilização crescente do carvão catarinense na siderurgia a coque (única aliás que justifica expandir) é um imperativo ditado pela segurança e pela conjuntura econômico-financeira do país (poupança de divisas, sobretudo).

12.2 — No caso catarinense, o carvão residual, resultante da lavagem para obtenção do tipo metalúrgico, deverá ser transformado em eletricidade, preferentemente na própria região e ali utilizado tanto quanto possível (eletro-siderurgia), exportando-se o excedente da produção de eletricidade para as áreas vizinhas (interligação da SOTELCA em Curitiba ao sistema elétrico da região Centro-Sul do país).

12.3 — Será indispensável que o carvão metalúrgico, que é o produto nobre da operação de lavagem, absorva a parcela mais pesada do custo global, no sentido de permitir que se situe em base aceitável o custo da eletricidade produzida com a queima do carvão residual.

12.4 — A utilização dos resíduos piritosos da lavagem do carvão catarinense para produzir enxôfre, ácido sulfúrico e adubos é à solução capaz de baratear o custo tanto do carvão metalúrgico como do carvão destinado à produção de eletricidade.

12.5 — No Rio Grande do Sul, onde os recursos hidráulicos são modestos, a produção termoelétrica, com base no carvão local, deverá continuar a merecer o apoio dos órgãos responsáveis pela política do carvão, aperfeiçoando-se os processos de extração e beneficiamento, visando baratear o seu custo.

12.6 — A utilização do óleo combustível, na produção de termoelétricidade, dever-se-ia limitar, a rigor, ao volume desse refinado que não fosse consumível pela indústria em geral, de sorte a evitar o impacto na compra de óleo cru, ainda importado. Obviamente, certas regiões do Norte e do Nordeste não terão outra alternativa senão recorrer a esse tipo de usinas, mesmo porque estão muito afastados para justificar o transporte do carvão nacional ou da eletricidade com ele produzida a distâncias tão grandes.

SOLDADO DO FUTURO

Tradução do "ARMY", número de setembro de 1961, pelo Capitão de Artilharia LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO.

O soldado Le Cao Quang, Viet Cong (Vietnamese Communist), não possui capacete-rádio, nem colête blindado; tampouco conduz armas eletrônicas. Sua viatura de combate é uma surrada alpercata de lona com soldado de borracha. Não dispõe de caminhões ou jipes e, lógicamente, de qualquer proteção contra os foguetes disparados de helicópteros.

Este soldado rústico, ligeiro, de aparência frágil e pouca instrução civil e militar, nunca se submeteu a qualquer esmerado treinamento individual, básico ou avançado. Raramente vê uma aeronave e jamais se defrontou com um pára-quedas. Sua instrução militar inicial consiste em desmontar e montar sua arma de defesa pessoal umas poucas vezes, ao que se seguem, quando possível, exercícios de pontaria sem consumo de munição. Vencida esta fase, entra em ação simplesmente incorporando-se calma e pacientemente atrás das colunas de guerrilheiros já veteranos.

Normalmente, guerrilheiros bisonhos como Quang recebem seu batismo de fogo em operações de "ressuprimento", onde atuam como meros espectadores de seus companheiros mais experimentados, sem desempenharem funções importantes. A Quang é permitido "desperdiçar" alguns preciosos tiros apenas no decorrer de seu primeiro combate real. Uma vez ferido, o recruta está habilitado a tomar parte nas incursões de maior envergadura contra as posições do Vietnam do Sul. O homem é aprovado neste curso básico sendo ferido ou morto.

Quang não aprecia a versão norte-americana do corte de cabelo curto prussiano. Comumente, tem cabelo comprido, despenteado e caído sobre a testa, infestado de piolhos. Não que Quang seja por natureza sujo, pois esta não é a verdade. Sua raça, pelo contrário, em sociedade, dentro de suas possibilidades, é meticulosa na apresentação e no vestir. Mas Quang está na guerra. Habita os pântanos da "Plaine des Jones" (Planície dos Bambus), no delta do Mokong.

Quang vive como um animal das selvas ou dos pântanos e como tal desenvolve seus instintos. Toda sua carreira militar é passada sob estas condições primitivas, até que a vitória ou a morte o alcance.

O vestuário de Quang compõe-se de duas mudas de roupa de campanha, amarrrotadas, lavadas no canal "calico noir". Usa o mesmo traje prêto típico dos camponeses da região em que sua unidade atua. Às vezes,

transforma êste traje em "uniforme" adicionando uma braçadeira ou um lenço colorido, no pescoço, para identificá-lo mais facilmente junto aos seus colegas em algumas escaramuças. Desconhece completamente a existência de uniformes à prova dos efeitos de armas termonucleares. Quang prefere um largo gorro com pala mole, dos usados pelos franceses em campanha, ou um capacete nativo devidamente camuflado. Possui exclusivamente um par de alpercatas. Os comunistas acham que para a luta de guerrilhas, os homens e as unidades não precisam se apresentar com uniformidade.

Se fôr tão afortunado de usufruir de um pedaço de sabão, uma escôva de dente e um pente, pode-se ficar certo de que Quang terá bom aspecto. Sua bagagem inclui ainda uma peça de "nylon" impermeável, de três metros de comprimento, um mosquiteiro, uma rême e um pedaço de corda. Este é todo o seu material de estacionamento.

Na sua rotina diária Quang excepcionalmente realiza exercícios de vivacidade e maneabilidade. Mas largue-o no mais dos arrozais ou de uma floresta, mesmo à noite, e será difícil segui-lo, quer caminhe ou rasteje. E o mais provável é que não se perca nestas paragens, porque desde menino cuidava dos búfalos da família que por aí vagavam. E o fazia com muita eficiência.

No tocante a armamento, Quang pode ser considerado um dos poucos felizardos entre os demais guerrilheiros. Foi-lhe distribuído um velho rifle francês MAS 36, cheio de mossas. Porém, munição para utilizá-lo não é encontrada nem capturada com facilidade e peças sobressalentes não há. Mas, pelo menos, Quang acha-se muito melhor armado do que a maioria de seus companheiros das montanhas, que devem se esgueirar e rastejar até poucos metros dos blindados inimigos, para obter um tiro certeiro em um membro da guarnição com aquèle antídoto esplêndido do fuzil automático — arco com flexa envenenada.

Embora Quang disponha simplesmente de armamento leve e, com raras exceções, seus conhecimentos militares limitam-se à instrução básica individual e ao emprêgo tático de frações de tropa, suas fôrças levam vantagem na luta que travam: estão na ofensiva. Especialmente à noite, Quang desloca-se de seu esconderijo seguro para, em horas e locais de sua escolha, efetuar muito bem planejados assaltos.

Quang julga um privilégio ser classificado em sua unidade como combatente de primeira linha e não como um dos comuns defensores desarmados de "áreas de segurança", que só conseguem se armar quando um companheiro é pôsto fora de ação. A principal missão dos chamados "defensores" é preparar armadilhas de "panji" e erigir fortificações (1). Na parte meridional do Vietnam os "panjis" são lançados únicamente com as pontas à superfície do solo.

(1) Panji — é um buraco camuflado, no fundo do qual são enterrados talos de bambu com pontas afiadíssimas.

Além de minar estas armadilhas com granadas de mão, usualmente ainda urinam e defecam nas pontas dos talos de "panji", na esperança de provocarem infecções fatais ou tétano nas vítimas (Esta é uma das poucas ocasiões em que, com regularidade, Quang pode ser levado à descansar, em particular, em uma cova. As condições sanitárias e os padrões de assistência médica sob os quais vive são aterradores e constantemente um ferimento resulta em morte).

Uma vez os "panjis" instalados, a Quang e seus companheiros nada mais resta que sentar e esperar. As armadilhas agem como sentinelas mudas e não podem faltar às emboscadas. Ordinariamente são arrumadas e camufladas com muita astúcia nos abrigos onde o inimigo instintivamente se alojará quando é aberto o tiroteio (Em dois dias de combate, um batalhão de infantaria do Vietnam do Sul sofreu as seguintes baixas: um homem morto por flecha envenenada e cinco outros feridos por "panjis". Não houve perdas infligidas por tiros ou golpes de baioneta).

Os cinco grupos-de-combate da fração de tropa de Quang estacionam separados uns dos outros cerca de vinte metros. Ao redor do estacionamento cada GC ergue seções de parapeito, de três a quatro metros de comprimento e cinqüenta centímetros de altura, e na sua periferia espalham "panjis". Durante o dia é mantida apenas uma sentinela, por unidade; à noite são instalados vários postos de guarda ocupados por dois homens cada um.

Como todo soldado em qualquer parte do mundo, Quang quando não engajado em combate tem uma vida aborrecida.

Às 03,00 horas da madrugada toca alvorada. A reação do guerrilheiro consta estritamente de um litro de arroz com um pouco de "nuoc mam" — molho de peixe — que consome em duas refeições. Os guerrilheiros Viet Cong começam a cozinhá-la, individualmente, sua etapa de arroz logo após a alvorada para saboreá-la por volta de 05,00 horas da manhã. Para atender às suas necessidades cada GC tem um crédito de oito litros de querosene por mês. Das 06,30 às 11,30 horas são ministradas sessões de doutrinação política. Ao meio-dia é servido o almôço — arroz — findo o que tem lugar a tradicional sesta. À tarde são realizados exercícios de tática individual e instrução de armamento.

Após o jantar, lá pelas 19,00 horas, há uma crítica sobre as atividades desenvolvidas naquele dia. Em seguida, a tropa ouve os comentaristas da Rádio Hanoi. Finalizada a transmissão é permitido, então, aos homens, dormir.

Guerrilheiros semelhantes a Quang têm resignadamente marchado por trilhas sem fim, lutado sem descanso e com denôô desde 1946 nos pântanos de Mekong. Quang, seus métodos de luta e a ideologia que o impõe são adversários ponderáveis.

Neste momento ele e seus camaradas estão em vias de dominar mais dois países da Ásia. Jamais devemos menosprezar o "soldado Quang". Ele pode muito bem vir a ser o soldado do futuro.

BANCO NACIONAL DE MINAS GERAIS S. A.

CHEQUES DE VIAGEM

Onde quer que o militar chegue, poderá pagar tudo — praticamente tudo!!!

Como?

Com Cheques de Viagem do Banco Nacional de Minas Gerais.

Lojas, hotéis e empresas de transporte aceitarão seus Cheques de Viagem como papel-moeda.

Qualquer agência do BANCO troca-os por dinheiro, sem qualquer despesa. Não há taxas nem comissões.

Resultado — Você viaja com "dinheiro no bolso" ... mas dinheiro que não pode ser roubado, pois só vale com sua assinatura.

BANDEIRANTES

Discurso do General AURÉLIO DE LYRA
TAVARES, na Casa de Portugal, em São Paulo,
no occasão de homenagem ao Gen Nelson de
Melo.

“O Comando do II Exército, na pessoa do General Nelson de Melo, incumbiu-me de expressar-lhe os seus agradecimentos por esta esplêndida recepção com que V. Exa. o homenageia e distingue, reunindo, aqui, a expressão mais representativa da sua oficialidade e da Família militar da Guarnição Federal de São Paulo.

A Casa de Portugal, no alto sentido que move e inspira as suas beneméritas atividades e que tanto enaltece os seus objetivos, no plano da cultura e do sentimento, promove, neste jantar, como que um encontro mais vivo entre o presente e o passado.

Um encontro de espírito. Ele nos reúne, sob a evocação de Raposo Tavares, o gigante das Bandeiras, trazendo-nos presente o passado longínquo da formação na nacionalidade brasileira, neste momento decisivo do longo itinerário da história comum, que os povos do Brasil e de Portugal fazem juntos, unidos e entrelaçados, desde que aportaram às nossas terras as caravelas de Cabral, para plantar, aqui, a civilização cristã, em que vivemos, e na defesa da qual as nossas pátrias hão de estar, e estarão sempre, solidárias e vigilantes.

O bandeirante legendário, que, há quase 3 séculos, varou, de ponta a ponta, a longitude tôda do Continente, e marcou, no pioneirismo das suas bandeiras desbravadoras, as fronteiras mais distantes, do território, levando até já o próprio espírito da pátria imortal, é bem o símbolo representativo da aliança dos nossos passados e dos nossos destinos comuns, tão eterna e tão forte como os laços de sangue, como a identidade da língua, como a unidade de crença, como a afinidade de ideais e como os vínculos históricos que agora se reafirmam e se exaltam no estandarte, hoje recebido, por uma das Unidades mais representativas do nosso Exército; — o 4º Regimento de Infantaria.

A visão retrospectiva do que fomos ontem e a consciência e o orgulho do que somos hoje, pelo trabalho heróico e fecundo do colonizador português, que desbravou, demarcou, defendeu, organizou e manteve, na sua integridade, o imenso território da nossa pátria, foram reunidas e vivificadas na exaltação cívica da festa da manhã de hoje, quando a Casa de Portugal, na pessoa de V. Exa., ofertou ao Regimento Raposo Tavares o seu estandarte-distintivo.

A él caberá a honra de ostentá-lo, através dos anos, nos desfiles e paradas militares, como um símbolo histórico da continuidade e da perenidade da Pátria, ao lado da Bandeira Nacional, que contém, na sua síntese, tôdas as "bandeiras" do passado, simbolizando as riquezas que elas nos legaram, a grandeza territorial, que elas defenderam, e a alma alta de uma nação jovem, pujante e soberana, que, cada vez mais, se projeta e se firma, como a nação do futuro, dentro de um mundo em franca e indisfarçável transformação.

Daqui de São Paulo, tendo por base o seu quadro geográfico pre-destinado, pôsto entre o mar e o nó dos caminhos naturais de penetração, sob o impulso do espírito pioneiro e bravo da sua gente, do seu dinamismo empreendedor e da sua visão larga, que não se detinha no presente nem se confinava nas suas montanhas, partiram as grandes investidas para o descobrimento do Brasil interior, para a sua ocupação efetiva, para a exploração das suas riquezas, para o alargamento dos seus limites e para os misteres da sua defesa.

No cadinho histórico da grande terra bandeirante, caldearam-se as primeiras raças que haveriam de fazer despontar e afirmar o Brasil brasileiro, forjando as bases demográficas e espirituais da nova nação e marcando e defendendo as suas fronteiras, para o futuro.

Foi o grupo social dos mamelucos paulistas que daqui empunhou, com a mão firme, o leque amplo das bandeiras, para abri-lo, progressivamente, pluma por pluma, sobre o largo espaço, ainda indefinido, cobrindo-lhe tôdas as direções, indo além das Tordesilhas, a traçar e a defender, para a posteridade, os limites da pátria, face ao invasor holandês, lá no Nordeste glorioso.

Até lá se dilatou a ação heróica da Bandeira de Raposo Tavares, o mais paulista de todos os seus paulistas, sem ter nascido em São Paulo, e um dos mais brasileiros dos que edificaram o Brasil, sem ter nascido no Brasil.

Como soldado, não parece que seja necessário identificá-lo nas condições de pôsto ou de carreira, já que avultam, na sua personalidade, sobretudo o homem de guerra, a lealdade ao seu Rei, o respeito pelo Poder Civil, a liderança inata, a vocação para a luta, o ânimo de combatente, provados e destacados em toda a sua vida.

Consagrhou-o, depois, a sua expedição culminante, que, só ela, já representa uma jornada gloriosa e heróica de 3 anos a fio. Ainda hoje, com todos os meios modernos, com apoio seguro e em plena paz, espanha-nos a distância do percurso que élê fêz, de São Paulo, através do Rio Paraguai, do Chaco Boreal e dos Andes, ao Mamoré e ao Amazonas, até Belém, voltando a São Paulo.

Todo êsse mundo de terras desconhecidas e disputadas palmilhou Raposo Tavares, na sua incursão mais consagradora que, com centro em São Paulo, abria, ainda mais, o compasso largo das investidas das Bandeiras, pelos confins do Brasil.

Diante da visão atual das suas penetrações, em lances tão longínquos e tão ousados, por este Brasil ainda misterioso e agreste, de há 3 séculos passados, sua figura se alteia cada vez mais, na compreensão do que ele foi e do que ele fez, à frente da sua falange de paulistas, de mamelucos e de índios, pela grandeza do Brasil de nossos dias.

E essa compreensão é que dá, também, o verdadeiro sentido histórico àquele sítio de Quitaúna, onde vivia Raposo Tavares, na sua devoção repartida entre Nossa Senhora da Conceição e a causa do Brasil que era a de Portugal.

Hoje, são quartéis do Exército que o ocupam. Quartéis onde se vive e se trabalha, também, na devoção ao Brasil, à causa da sua grandeza crescente, da sua soberania intangível e da integridade do seu território. Este, nós bem o conhecemos na sua extensão e nas suas riquezas. E é por isso mesmo que compreendemos a significação histórica daquele antigo sítio de Quitaúna, onde a memória de Raposo Tavares recebeu, na manhã de hoje, as homenagens do Exército e da Casa de Portugal de São Paulo.

Um simples ponto, dentro do grande mapa do Brasil, mas o marco de irradiação da sua história, onde o 4º RI, fiel às suas tradições e zeloso dos seus deveres para com a Pátria, continua a forjar novos soldados, através dos tempos, honrando o lugar histórico do seu majestoso quartel, onde se mantém alerta na eterna vigilância da nossa defesa.

Sr. Presidente da Casa de Portugal de São Paulo:

Este jantar, onde o nosso pensamento comum se volta e se eleva para fixar-se em coisas tão sublimes, é, por isso mesmo, além de tudo, uma festa de civismo, que muito nos sensibiliza, a todos nós, soldados do Brasil.

• Receba V. Exa, com estas palavras, os agradecimentos do Comando do II Exército".

AOS ASSINANTES

Em caso de transferência não deixe de providenciar para que disso tenha a Revista conhecimento.

Se optou pelo pagamento mensal, certifique-se de que o desconto está sendo feito.

RECORDANDO...

Oração pronunciada pelo General Newton Cavalcanti, a 22 de setembro de 1937, por ocasião da romaria aos túmulos dos que tombaram a 27 de novembro de 1935, vítimas do atentado comunista que ameaçou as instituições nacionais.

Impressa por ordem do Ministro da Guerra, de então, para ser profusamente divulgada em todo o Exército.

Meus patrícios, meus camaradas.

Aqui nos congrega uma virtude: a gratidão aos que foram bons, aos que souberam ser dignos. Aqui nos une uma grande idéia: a defesa do BRASIL, de suas instituições e de seu Governo. Solidarizados pela virtude e irmanados por uma grande idéia, falaremos a linguagem clara da verdade.

Esse direito que nos assiste; esse o dever que sempre temos cumprido. Como no passado, não saberemos no presente encobrir, no tartufismo elegante da linguagem subtil e calculada, o objetivo que visamos e as intenções que nos animam.

Desconhecemos a hipocrisia e punimos a mentira. Na defesa do BRASIL só conhecemos uma atitude: morrer glorificados pelo cumprimento do dever. Não tememos o perigo. Ao contrário, buscámo-lo, para têrmos a honra de premiar o heroísmo, que tanto surge da ousadia como se plasma na bravura consciente.

Vivendo para a PÁTRIA, dedicando à sua defesa e à segurança de seu povo a nossa própria existência, temos o direito, mais do que o direito, temos o dever de prevenir o BRASIL, — e outra tribuna, para fazê-lo, não seria tão sugestiva como esta, — de que na hora que passa estão novamente em ação contra a integridade do PAÍS as fôrças cegas da prometida nivelação bestial de todos os sérés.

Não existiu e nem existe em todo o curso da nossa História, e creio, mesmo, que, da Universal, um período tão cheio de apreensões e perigos e tão pontilhado de indecisões como o que estamos vivendo. Nêle a resultante caprichosa das múltiplas correntes antagônicas de pensamentos e idéias construtivas ou destrutivas, eclode, brutal, obscurecendo a inteligência e a percepção dos dirigentes de povos e obliterando a consciência das massas humanas. Nêle pericilata, sob a ameaça iconoclasta da ruína e da destruição, o próprio patrimônio moral, material e espiritual da civilização universal. Nêle assistimos a realização do absurdo

apavorante das maiores fôrças aniquiladoras e das maiores correntes incendiárias criadas pela civilização para a sua própria defesa, valerem-se do progresso dessa mesma civilização para se orientarem, em intensidade máxima, no sentido claro e positivo de destruir os mais intangíveis postulados jurídicos e arrasar as conquistas áureas da obra depuradora dos séculos vividos. Nêle presenciamos a aberração incrível dos homens negarem a DEUS, traírem a PÁTRIA, assassinarem irmãos, em benefício de uma tutela estranha e falaz, combater a FRATERNIDADE, para se acumplicarem, consciente ou inconscientemente, com essa fôrça apocalíptica, que anseia pela realização de uma megalomaníaca loucura de absorção, de escravidão e de extermínio: O COMUNISMO selvagem e sanguinário.

Fruto que é de cérebros enfermos pelo ódio, pelo rancor e pela vingança milenários, essa suposta e malfadada idéia política, social e econômica acende por toda parte as labaredas rubras do crime, da dor e da destruição, ao mesmo tempo que promete, — ironia mordaz da própria hipocrisia com que se traveste, — a grandeza da HUMANIDADE e a felicidade entre os homens!

Afirmar-se, brasileiros, o contrário disso, é dar-se testemunho de falta de civismo ou, então, acusar-se de cumplicidade na execução do próprio crime.

Aí estão, meus patrícios, êsses jazigos sagrados guardando no silêncio divino da morte redentora, as eloquentes testemunhas do que vos afirmo, vítimas redivivas da miséria, da felonía e da traição dêsses COMUNISMO iconoclasta e leigo, que só é feliz quando se sente empapado no sangue generoso e inocente das suas vítimas indefesas. As fôrças da escravidão e da loucura não desertaram, porém. Após a tragédia, aumentaram em número e cresceram em intensidade.

O conjunto das leis que julgávamos a nossa maior linha de defesa transformou-se, infelizmente, na cobertura de que se utilizam os nossos inimigos para montarem o ataque decisivo ao Brasil, que queremos e devemos defender. Se a onda vermelha não passou, se a sua vontade sinistra mais uma vez nos ameaça, procurando colimar seus intentos hediondos, na aglutinação de seus planos sangrentos à agitação política da sucessão presidencial da República, como permitirmos, povo do meu Brasil, sem que sejamos instrumento da nossa própria desgraça, que os celerados de 35, acobertados pela magnanimidade das nossas leis, gozem, dentro da própria capital do país, a liberdade dos bons e dos justos, quando existem vítimas e mártires a vingar-se, viúvas que ainda crêem na justiça dos homens, mães que rolaram para a miséria e para a dor e pequeninos órfãos que choram, em vão, a falta de pais idolatrados, que tombaram para sempre, sob o guante assassino dos miseráveis vermelhos? O EXÉRCITO, no entanto, pela minha palavra, sem tibiez, e honro-me em dizê-lo, sem mácula, afirma peremptoriamente ao Brasil: Sabemos, Brasil, quem são, onde estão e como agem aquêles que procuram ultrajar a tua honra e a tua dignidade. Seguindo-lhes os passos,

atalaiando-lhes as atitudes e os gestos, o teu Exército, Brasil, só espera o momento decisivo e oportuno para, contra a praga tartárica, desencadear, fulminante, a floresta acerada de suas baionetas, única decisão que, salvando-te, Brasil, salvará também o nosso patrimônio moral e político.

Como uma certeza, pois, de que os nossos mártires não foram esquecidos, como uma demonstração palpítante de que o civismo e o amor ao Brasil ainda crepitam intangíveis entre nós, como uma homenagem sagrada aos que souberam morrer, à dor e ao desespere dos que ficaram sem amparo e sem felicidade, eu, em nome do EXÉRCITO NACIONAL, convido-vos, povo do Brasil, a jurarmos, perante Deus e os homens, que havemos, de hoje para o futuro, desencadear uma guerra, sem tréguas e de morte, ao COMUNISMO ultrajante e ultrajador, e que não consentiremos nunca que o judeu moscovita faça dêste Brasil invejável o mercado sórdido e infame do nosso caráter, das nossas tradições e da nossa dignidade.

ALTERAÇÃO DE ENDERÉÇO

Em caso de alteração do seu endereço, *disso dê conhecimento à Revista, com a máxima urgência*, a fim de continuar a receber-lá com regularidade. Para isso faça a sua comunicação diretamente ou através do nosso Representante na sua organização.

FICHA DE MOVIMENTAÇÃO

(Fíneza preencher a máquina ou com letra legível)

Nome

Pôsto

Enderêço antigo:

.....
(Organização militar ou residência)

Cidade Estado

Nôvo enderêço:

.....
(Organização militar ou residência)

Cidade Estado

.....
(Local • data)

.....
(Assinatura)

A SITUAÇÃO BRASILEIRA

Gen AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

Revendo nosso arquivo encontramos algumas notas referentes à palestra pronunciada por um grande homem de negócios, de S. Paulo. O fato ocorreu em 1955, ou seja, há oito anos *passados*, mas acreditamos interessante as palavras de nosso amigo, no quadro atual em que vivemos. Dizia êle:

“Ortega y Gasset, em *Rebelião das Massas*, classificou de maneira admirável o demagogo. No demagogo êle viu dois tipos: o inconsciente e o consciente. O inconsciente não oferece perigo; inconseqüente nos seus atos, apenas nos aborrece. O demagogo consciente, porém, é coerente nos seus objetivos e nada constrói, a não ser a sua própria demagogia, que o embriaga e cega.

Que verdade atual para o Brasil!

O objetivo máximo do marxismo era o de antecipar a luta de classe que êle considerava como uma determinante histórica.

A demagogia consciente serve a êsse objetivo, embora não exista aquela fatalidade.

Jornais; rádios; revistas; homens de tôdas as classes; e até chefes políticos; investem contra a autoridade, numa selvageria de destruição, de perda de prestígio, de desmoralização e achincalhamento.

Na socapa, usufrui do trabalho destruidor dessa demagogia consciente, o partido comunista.

São os inocentes úteis. Preparam e fomentam a revolução social para que outros dela se apoderem.

A agitação, que tais processos traz não é apenas citadina. Ela já mina o campo e invade a nação tôda.

Mas, se muita vez, nos é possível ver o fundo e a origem de certas atitudes, na maioria das vêzes, os fomentadores estão ocultos. Outras vêzes, nem sequer são êles próprios os fomentadores. É a demagogia que, para sobreviver, inicia o movimento.

Há, ainda, um outro sistema. O dos demagogos antagonistas que, na aparência de suas divergências, caminham paralelos.

Em todos os casos, porém, o objetivo é único: a destruição, a qualquer preço, da autoridade. É a linha justa: na impossibilidade material de tomar o governo por armas, façamos pela desmoralização.

É inconcebível que vários homens de projeção e responsabilidades políticas, venham se prestando a um jôgo dessa espécie.

Conscientes, ou inconscientes, estão servindo aos outros.

O choque de paixões demagógicas, num povo que ainda não tem uma infra-estrutura política e intelectual sólida, é o melhor caldo de cultura, para a guerra civil.

CONCLUSÃO

Movimentos de esquerda-comunista, dentro da chamada linha justa, procura de fora para dentro a desmoralização da autoridade constituída. A elas se reúnem, propositadamente ou não, homens públicos brasileiros que, também, demagógicamente investem de maneira destrutiva contra a autoridade.

A fusão das duas tendências de desmoralização da autoridade — a tendência endrógena na desarmonia da própria autoridade e a exógena que surge da demagogia — constituem força bastante para uma transformação perniciosa e imprevisível que cumpre evitar.

Há, pois, agora, no Brasil, como nunca houve tão fortemente antes, a necessidade de repetir aquélle princípio banal: o apoio e o prestígio da autoridade constituída.

Não é difícil esclarecer o nosso pensamento. Quando se desenvolve, como entre nós, um surto inflacionário, com efeitos cumulativos, que ameaça tomar um rumo de enfermidade galopante, este surto, independente dos efeitos econômicos que produz, mina a estrutura moral do povo e o coloca, sem linhas de defesa, como presa fácil ao primeiro aventureirismo.

Bresciani Turroni, grande professor de economia de Milão, ao estudar, num magnífico livro, a inflação alemã de 1923, demonstra exuberantemente, que a inflação corrompe mais, e de maneira mais prolongada um povo, que a própria fome.

Quando a crítica, mesmo construtiva; a vigilância partidária, mesmo a mais elevada, produzem no povo a sensação de que o Governo não merece confiança; que é uma inutilidade substituí-lo, mesmo por aquêles que o vigiam e criticam construtivamente, aí então é preciso ter a suprema coragem de apoiá-lo como instituição. Repete-se o velho pensamento de Voltaire:

“Eu não concordo com uma só palavra do que dizeis. Darei, porém, a vida para que possas ter o direito de dizê-las”.

Aqui bastaria, talvez, acrescentar de maneira mais enfática que, em política econômica, não há hoje, nem mistérios, nem descobertas pioneiras a serem feitas. O que mais vem dificultando o país não são os sistemas tais ou quais e sim uma violenta crise de confiança.

No momento em que nós brasileiros olhamos o Governo — não como Governo de determinadas pessoas, que começa no dia tal e termina no ano tal — mas, como instituição permanente, com rumos em matéria econômica — que independam de situações políticas, teremos debelada a crise de confiança que hoje merma as nossas atividades e iniciativas.

CLUBE MILITAR

DEPARTAMENTO CULTURAL

CURSO DE PREPARAÇÃO À EsCEME

1. Acham-se abertas as inscrições para o Curso por Correspondência de Préparação ao Concurso de Admissão à EsCEME, para oficiais das armas, atividade que há 15 anos, ininterruptamente, vem sendo desenvolvida pela Divisão de Cursos dêste Departamento. A modalidade adotada com êxito desde o ano passado visa a dar igual assistência a todos os sócios, quer sirvam ou não no Rio de Janeiro.

2. O Curso por Correspondência proporcionou valioso auxílio aos candidatos à EsCEME no ano findo; em caráter especial, salientamos a selecionada documentação remetida aos elementos inscritos e que residiam fora do Estado da Guanabara. A referida documentação acha-se, para o ano de 1963, inteiramente revista e atualizada por uma equipe de oficiais do Estado-Maior e do Magistério Militar. A documentação completa que será recebida (até setembro) pelos alunos inscritos no curso por correspondência abrangerá cerca de 3.000 páginas de apostilas que cobrirão todos os pontos do programa, incluindo-se nessa documentação numerosas questões práticas que visarão a ambientar os candidatos com os tipos de questão dados últimamente no Concurso de Admissão à EsCEME. O Curso remeterá, também, aos alunos, como o fez no ano de 1962, *grátis*, à guisa de subsídio, copioso material didático constante de mapas, revistas, livros, anuários, conferências e mais uma ampla série de publicações fornecidas por diferentes órgãos governamentais ou empresas particulares, documentação essa cuja leitura é recomendada como oportuna, visto tratar de assuntos palpitantes atuais.

3. Outro aspecto de evolução que o Curso apresentará no ano vidente consiste na realização de PROVAS, na sede do Clube Militar, em condições semelhantes às que o candidato enfrenta no concurso de admissão. Essas provas serão também remetidas aos candidatos que não possam comparecer à sede do Clube; as instruções sobre o modo de realização das mesmas serão remetidas com as provas. Após à correção dos trabalhos, cada aluno receberá a sua prova com uma sucinta apreciação feita pela equipe de oficiais encarregados de julgar o trabalho.

4. Os oficiais em tela terão os seguintes encargos:

Geografia — Ten-Cel QEMA Darcy Alvares Noll;

História — Ten-Cel QEMA Germano Seidl Vidal;

Espanhol — Cel Prof Darcy Villaça;

Inglês — Ten-Cel QEMA Carlos Castro Torres.

5. Para cobrir a elevada despesa com a manutenção do Curso serão cobradas seis quotas de dois mil cruzeiros, pagas a 1^a na inscrição (até 30 abril) e as seguintes nos meses de maio a setembro.

6. Aos oficiais dos serviços que desejarem se beneficiar dos cursos de línguas estrangeiras serão cobradas sómente duas quotas de dois mil cruzeiros, sendo uma na inscrição e a outra no mês seguinte.

7. As notas serão remetidas, a partir de 1 maio, pelo correio comum, sem despesas, ou pelo correio aéreo, com porte pago pelo aluno mediante um depósito prévio de dois mil cruzeiros para todo o curso.

8. As inscrições poderão ser efetuadas na sede do Clube — rua Santa Luzia n. 798-18º and — das 17,00 às 22,00 horas — ou por correspondência, das Organizações Militares ou dos interessados (inclusive via rádio ou telegráfica) dirigida ao Diretor do Departamento Cultural, sendo as importâncias remetidas diretamente para 2^a Vice-Presidência do Clube Militar" (Av. Rio Branco n. 251, 7º andar).



LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO

- **O longo repouso de nossos heróis em Pistoia**

Tenente-Coronel Germano Seidl Vidal

- **Formação das nações sul-americanas do Prata**

General R-1 Flamarion Barreto Lima

- **Guerra Psicológica**

Almirante Murilo Vasco do Vale e Silva



DMB
OTÓCIO DA ARQUITETURA
1941 — DIRETÓRIO DA CÍVICO

INFORMAÇÕES DA CÍVICO
00.00 20

Cr



Preço do exemplar
Cr\$ 80,00

SMG
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1963

A Defesa Nacional



Neste número :

— **O longo repouso de nossos heróis em Pistoia**

Ten-Cel Germano Seidl Vidal

— **Guerra Psicológica**

Alm Murilo Vasco do Vale e Silva

— **Formação das nações sul-americanas do Prata**

Gen Flamarion Barreto

— **Carta a um jovem cadete**

Cel Roberto Mischow

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA
INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1961/1963)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Altair Franco Ferreira

Diretor-Secretário — Tenente-Coronel José de Sá Martins

Diretor-Gerente — Tenente-Coronel João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

General Armando Batista Gonçalves

Tenente-Coronel Hugo de Andrade Abreu

CONSELHO FISCAL

(Eleito para o exercício de 1963)

MEMBROS EFETIVOS

Tenente-Coronel Carlos de Meira Mattos

Major Aluizio de Uzeda

Major Sady de Almeida Vale

SUPLENTES

Tenente-Coronel Flávio Martins Meirelles

Tenente-Coronel Alberto Bandeira Queiroz

Tenente-Coronel Helio da Cunha Telles de Mendonça

Publicidade — Gen R/1 AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

A DEFESA NACIONAL, por força da alta do custo do papel
e dos serviços de que necessita, foi obrigada a AUMENTAR O
PREÇO DA ASSINATURA.

Veja o novo preço na página ao lado, e regularize o seu
pagamento.